



PMMS - AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP

O Município de Major Sales/RN, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 045 de 11 de janeiro de 2021, torna público que às 9h00min do dia 06 de setembro de 2021, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço Nº 2021.07.30.010TP, do tipo “Técnica e Preço”. A presente licitação tem por finalidade: A escolha de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, nas quantidades, especificações e demais condições gerais descritas no Projeto Básico, no Edital de convocação e seus elementos constitutivos. A qual será realizada na sala da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Leis Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e subsidiariamente pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, instruções, termos e condições contidas neste edital e seus anexos.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales, localizada na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP Nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, a partir do dia 06 de agosto de 2021, no horário de expediente, das 07h00min às 13h00min, o qual poderá ser solicitado através do e-mail: cpl.msales@gmail.com.

Major Sales/RN, 05 de agosto de 2021

Maria Aparecida Ferreira da Silva
Presidente da CPL - Portaria nº 045/2021





EDITAL Nº 2021.07.30.010TP TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP TIPO DE LICITAÇÃO: TÉCNICA E PREÇO

A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 01.612.383/0001-11, por intermédio da Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 045 de 11 de janeiro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 9h00min do dia 06 de setembro de 2021, em sua sede, instalada à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, perante a Senhora Presidente será processado o credenciamento das empresas interessadas a participarem do certame, recebimento e abertura dos envelopes, referentes aos documentos de habilitação e das propostas de preços, da licitação na modalidade Tomada de Preço nº 2021.07.30.010TP, tipo Técnica e Preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, cujo o objeto é a escolha de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, de acordo com o Projeto Básico, edital de convocação e seus elementos constitutivos, com supedâneo na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Leis Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução 028/2021 do TCE/RN, instruções, termos e condições contidas neste edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta para administração municipal de Major Sales/RN.

A sessão pública para apuração da presente licitação terá início às 9h00min do dia 06 de setembro de 2021, devendo os envelopes contendo os Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e as Proposta de Preços para o objeto definido neste Edital e seus Anexos serem entregue na Comissão Especial de Licitação – CPL, da Prefeitura Municipal de Major Sales, localizada a Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, CEP Nº 59.945-000, Major Sales/RN, até a data e hora acima mencionadas, com tolerância máxima de 00h15min





DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente licitação do tipo técnica e preço: A escolha de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, de acordo com o Projeto Básico, Edital de convocação e seus elementos constitutivos, consoante as disposições da legislação vigente.

1.1. Os serviços ofertados pelas licitantes deverão obrigatoriamente, atender as disposições do art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90, no que se refere a observação das normas de qualidade e padrões estabelecidos pelos órgãos competentes de controle e fiscalização.

1.1. Os serviços objeto desta licitação serão adquiridos de forma continuada depois de concluída as formalidades legais e as devidas publicações, mediante a expedição da ordem de serviços pela gestora municipal de Major Sales/RN.

1.2. As especificações técnicas e quantitativos dos serviços a serem adquiridos, estão de acordo com as disposições do artigo 15, § 7º, da Lei 8.666/93, conforme explicitadas no Projeto Básico.

1.3. Na fase externa, o edital do certame e seus anexo estarão disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos www.majorsales.rn.gov.br e tce.rn.gov.br, podendo ainda ser solicitado via e-mail cpl.msales@gmail.com.

DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2. Os documentos para credenciamento dos representantes das licitantes, os envelopes contendo a documentação para habilitação, proposta técnica e as propostas de preço serão recebidos pela Presidente da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, localizada a Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP Nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN.

PROCESSO LICITATÓRIO	Nº 2021.07.30.010TP
MODALIDADE	TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP
TIPO	TÉCNICA E PREÇO
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
DATA	06 DE SETEMBRO DE 2021
HORÁRIO	9H00MIN
ENDEREÇO	RUA NILZA FERNANDES, 640, MAJOR SALES/RN
TELEFONE	84 – 3388-0111 – RAMAL 30
ADIAMENTO DO CERTAME	Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a prestação da licitação na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**PRAZO DA CONTRATAÇÃO**

É de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, respeitadas as regras do art. 57 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores que lhe foram introduzidas e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

3. No dia, hora e local indicadas no preâmbulo deste edital, será realizada sessão pública para execução dos procedimentos pertinentes a esta Tomada de Preço, devendo a Comissão Especial de Licitação e a Comissão Especial de Julgamento da Prefeitura de Major Sales/RN, promoverem a prática de todos os atos inerentes ao certame, com respeito ao (à):

3.1. Credenciamento dos representantes legais das licitantes interessadas na execução dos serviços, objeto da Tomada de Preço nº 2021.07.30.010TP;

3.2. Recebimento da declaração de cumprimento das condições de habilitação, art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2000, Anexo VII, deste edital;

3.3. Recebimento dos envelopes de número “01 - dos documentos de habilitação”, “02 - das propostas técnicas” e “03 - das propostas de preços”;

3.4. Abertura dos envelopes de número 01 referente à documentação para habilitação das licitantes e verificação da conformidade dos documentos com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

3.5. Julgamento e divulgação do resultado da habilitação se for o caso, enumerando as licitantes inabilitadas e as habilitadas a prosseguir nas demais fases do certame nº 2021.07.30.010TP;

3.6. Encerrada a etapa de julgamento das habilitações, resolvidas as questões recursais, a Comissão Especial de Julgamento, procederá à abertura do invólucro contendo as propostas técnicas das licitantes habilitadas, para julgamento e classificação das propostas de acordo com as condições fixadas no edital;

3.7. Encerrada a etapa de julgamento das propostas técnicas, resolvidas as questões recursais, a Comissão Especial de Licitação, procederá à abertura do invólucro contendo as propostas de preços das licitantes classificadas, para julgamento e classificação das propostas de acordo com as condições fixadas no edital;

3.8. Devolução dos envelopes das propostas técnicas e de preços das licitantes inabilitadas fechados após a assinatura do contrato pela licitante vencedora;

3.9. Realização de outros atos que se fizerem necessários à plena realização desta Tomada de Preço.

4. As decisões da Comissão de Licitação e da Comissão de Julgamento serão comunicadas diretamente aos interessados, durante a sessão, lavradas em ata, ou, ainda, a critério da Presidente, por intermédio de ofício, com a devida comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame



será também divulgado via e-mail para todos os licitantes e através de publicação na imprensa oficial.

5. A solicitação de esclarecimento por dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação deverá ser efetuada pelas licitantes interessadas em participar do certame, no endereço da Comissão de Licitação situada à Rua Nilza Fernandes, nº 640 - Centro – Major Sales/RN, através do e-mail cpl.msales@gmail.com ou pelo telefone (084) 3388-0111 - Ramal 30, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data estabelecida no preâmbulo deste Instrumento convocatório para a reunião de recebimento e abertura dos envelopes 01 - Documentação para Habilitação; 02 – Propostas Técnica e 03 – Propostas de Preço.

6. A resposta da Comissão Especial de Licitação ao pedido de esclarecimento formulado pela licitante interessada será imediata por telefone; em até 12 horas mediante ofício ou por meio de publicação no Diário Oficial do Município, através do site www.majorsales.rn.gov.br e no site Oficial da Prefeitura no endereço eletrônico www.majorsales.rn.gov.br.

DA LEGISLAÇÃO

7. Esta licitação e o contrato que dela resultar, reger-se-á pelas instruções, termos e condições contidas neste edital e seus anexos independente de transcrição, com suporte legal nas seguintes leis:

7.1. Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, na sua atual redação;

7.2. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que garante a microempresas e empresas de pequeno porte, tratamento diferenciado e favorecido nas contratações públicas no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

7.3. Lei Federal N.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a proteção do consumidor;

7.4. Lei Federal N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 - que estabelece regras para responsabilização das pessoas jurídicas;

7.5. Subsidiariamente pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

7.6. Demais legislação pertinente em vigor, nas especificações e condições descritas no Projeto Básico, nas disposições deste Edital e seus Anexos.

7.7. A execução dos serviços objeto da Tomada de Preço 2021.07.30.010TP, obedecerá às normas contidas na legislação Federal, Estadual e Municipal.





8. Para efeito e melhor entendimento deste edital devem ser consideradas algumas definições importantes. De acordo com art. 3º da Lei 8.666/93 a licitação destina-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

8.1. TOMADA DE PREÇO: É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação na qual a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços é feita em sessão pública, por meio da apresentação da melhor proposta de preço escrita;

8.2. TÉCNICA E PREÇO: É o tipo de licitação onde a proposta mais vantajosa para a administração tem base na maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica.

8.3. BENS E SERVIÇOS: Os bens são itens que podemos ver e tocar, tais como os diversos produtos existentes no mercado. Os serviços são aqueles prestados por outras pessoas a quem os utiliza, como por exemplo, a execução dos serviços concernentes a pavimentação de trechos das estradas vicinais entre as comunidades Bom Jardim e Lourenço do município de Major Sales/RN, ou seja, são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidades possam ser objetivamente definidas pelo edital por meio de especificações técnicas;

8.4. UNIDADE GESTORA: É a unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou não, neste caso é o órgão realizador do certame;

8.5. LICITANTE: Pessoa Jurídica individual que adquiriu o presente edital e seus elementos constitutivos - Anexos;

8.6. LICITANTE VENCEDORA: Pessoa Jurídica individual habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto desta Tomada de Preço 2021.07.30.010TP.

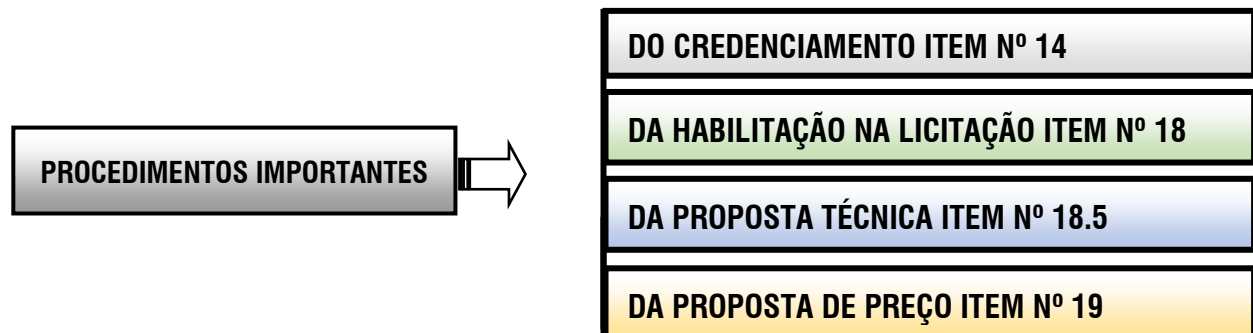
DAS CONDIÇÕES DO OBJETO

9. A presente Licitação tem por objeto a escolha de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do

município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, conforme Projeto Básico.

9.2. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será processado o credenciamento dos representantes das licitantes interessadas, abertura da sessão pública destinada ao recebimento e abertura dos envelopes das Habilitações e se houver tempo suficiente das Propostas Técnicas e das Propostas de Preços que deverão ser entregues pessoalmente, por intermédio do representante legal ou procurador devidamente habilitado.

9.2.1. Por ocasião do credenciamento ou da entrega dos envelopes 01, 02 e 03 contendo os documentos para habilitação, as propostas técnicas e as propostas de preços respectivamente, os interessados ou seus representantes, deverão identificar-se perante a Comissão de Licitação e comprovar a existência dos necessários poderes para o ato, através do contrato social ou de procuração válida.



9.3. Todos os documentos necessários à participação nesta Tomada de Preço deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil:

9.4. No horário indicado no preâmbulo deste edital, pretendendo qualquer licitante credenciar-se ou credenciar representante para o evento, deverá este apresentar-se perante a Comissão de Licitação, munido dos documentos enumerados no item 14, além da comprovação de possuir os necessários poderes para prática de todos os atos pertinentes a apuração do certame.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10. Os recursos orçamentários para fazer face as despesas com a execução dos serviços objeto do contrato para o ano de 2021, encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual e para os demais exercícios serão afetos na legislação orçamentária pertinente, observadas as prioridades fixadas para cada exercício financeiro.

10.1. As despesas com a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação, serão custeadas com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021: 02.006.12.361.012.2.28 – MANUT. ATIVID. DA SEC. EDUCAÇÃO / ENSINO FUND. - ELEMENTO DE DESPESAS Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.11 – MANUT / ATIVID DA SEC. DE EDUCAÇÃO / INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS



DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.361.012.2.16 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUND-REC DIVE - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.20 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000, ETC..., consoante as disposições da Lei Municipal nº 428/2020.

DO PROJETO BÁSICO E DOS ELEMENTOS DA LICITAÇÃO

11. O projeto básico é conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços objeto da licitação, elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica da contratação, o qual deve possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das Licitações.

11.1. O projeto básico exibido, tem por finalidade selecionar a melhor proposta para execução dos serviços de assistência técnica concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN.

11.2. Os elementos necessários à perfeita caracterização do objeto da presente licitação e que farão parte integrante deste edital, independentemente de transcrição, são os seguintes:

11.2.1. Anexo – I: Projeto Básico, elaborado pelo Secretário Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais e profissionais;

11.2.2. Anexo – II: Modelo de Carta de Credenciamento para habilitação da licitante perante a comissão de licitação com poderes para praticar todos os atos necessários, relativos a apurantação do certame;

11.2.3. Anexo – III: Modelo de declaração para efeito de cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002;

11.2.4. Anexo – IV: Modelo de Carta Proposta, que servirá para auxiliar a licitante na elaboração de sua proposta;

11.2.5. Anexo – III: Modelo de Declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);

11.2.6. Anexo – III: Declaração de superveniência de fato impeditivo de habilitação para as licitantes cadastradas;

11.2.7. Anexo – III: Modelo de Declaração de Microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº 11.488/2007;

11.2.8. Anexo – III: Modelo de declaração para efeito de informação de que a licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de

economia até o terceiro grau;

11.2.9. Anexo – III: Modelo de declaração para efeito de concordância com as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos;

11.2.10. Anexo – III: Modelo de declaração para efeito de informação inerente a elaboração indeoendete de proposta, artigos 90 e 95 da Lei nº 8.666/93;

11.2.11. Anexo – V: Minuta do Termo de Contrato que será firmado que entre a Prefeitura Municipal de Major Sales e a licitante vencedora da Licitação.

DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12. Poderão participar desta Tomada de Preço quaisquer empresas do ramo legalmente estabelecidas no país, que atendam às condições deste edital e seus anexos e que na fase de habilitação comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos para a execução de seu objeto:

12.1. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, ou seja, execução dos serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, destinados ao atendimento de demanda específica do município de Major Sales/RN;

12.2. Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo - da Habilitação, no que se refere a habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal; trabalhista e demais documentos enumerados no item 18 deste edital;

12.3. Pessoas jurídicas com atividade pertinente cadastrada junto a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, de acordo com o § 2º, art. 22 da Lei nº 8.666/93, de conformidade com as condições previstas no item 18 deste edital;

12.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente, nesta Tomada de Preço ou da execução do contrato dela decorrente:

12.4.1. Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, consoante as disposições do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993;

12.4.2. Empresas que estejam cumprindo suspensão temporária impedidas de participarem de licitação e conseqüentemente impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN;

12.5. Estarão impedidas de participar da presente licitação, direta ou indiretamente, as empresas;

12.5.1. Cujos diretores, sócios, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, fiscais, consultivos, deliberativos ou administrativos que mantenham qualquer vínculo empregatício



com o município de Major Sales/RN ou interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

12.5.2. Empresas que possuem em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia até o terceiro grau, subitem 18.4.4.5 do presente edital;

12.5.3. Que estejam suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN;

12.5.4. Que estejam sob processo de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no País;

12.5.5. Que estejam proibidas de contratar com a administração pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998.

DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

13. Fica exigida qualificação prévia na habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte para efeito de aplicação da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

13.1. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA - Para usufruir o tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), as licitantes deverão comprovar que:

13.1.1. Estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem enquadradas como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP;

13.1.2. Declarar, sob pena da lei, que estão enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na Junta Comercial e que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do tratamento favorecido.

13.1.3. Apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, válida da data da licitação.

13.2. Os documentos de qualificação prévia (declaração ou certidão) deverão ser apresentados junto com a documentação de habilitação.

13.3. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigido para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, devendo permanecer, no mínimo, até a assinatura do contrato.

13.4. As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006.

13.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6. A não regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13.7. Nesta licitação, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconizam os artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

13.8. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

13.5.2. Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas, art. 90 da Lei nº 8.666/93.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

14. O representante legal da licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste edital, apresentar-se a Comissão de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Tomada de Preço, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes da “HABILITAÇÃO” e das “PROPOSTAS”, conforme abaixo:

14.1. Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante estatuto ou contrato social, ou instrumento público ou particular de procuração, ou documento

equivalente.

14.2. No caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, a investidura em tais cargos, bem como o poder para exercer e assumir obrigações em nome da licitante deverá estar expresso no contrato social.

14.3. Na fase de credenciamento será permitido ao representante da empresa licitante retirar os documentos necessários que porventura estejam dentro dos envelopes de proposta e/ou de habilitação para providenciar as cópias para complementar a documentação para o credenciamento, devendo em seguida lacrar os referidos envelopes.

DO DOCUMENTO CREDENCIAL

14.4. Na presente licitação entende-se por documento credencial a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

14.4.1. Do Termo de Credenciamento preenchido com o nome da empresa, CNPJ, endereço, qualificação do representante, nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço, informando seu credenciamento para praticar todos os atos necessários, relativos a apuração do certame, modelo do Anexo II deste Edital;

14.4.2. Dos documentos oficiais de identidade, RG e CPF - Cadastro de Pessoa Física, os quais poderão ser substituídos por documento unificado de natureza equivalente;

14.4.3. Do estatuto ou contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

14.4.4. De procuração ou documento equivalente da licitante conferindo poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta Tomada de Preço;

14.4.4.1. O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a esta Tomada de Preço;

14.4.5. Declaração informando de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 4º, VII da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, sob as penalidades cabíveis, Anexo - III deste Edital, "aplicação subsidiária";

14.4.5.1. A omissão na entrega da Declaração exigida no subitem 14.4.5, implicará no não recebimento por parte da Comissão de Licitação, dos envelopes 01, 02 e 03, contendo respectivamente os Documentos para Habilitação, Proposta Técnica e a Proposta de Preços da licitante, o que culmina com a não aceitação da licitante no certame.

14.4.6. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a Comissão de Licitação ficará



impedido de se manifestar, assinar documentos e de declarar a intenção de interpor ou reiniciar ao direito a interposição de recursos;

14.4.6.1. Os documentos referidos no item 14 devem ser entregues em separado dos envelopes de nº 01, 02 e 03, obrigatoriamente acompanhados do documento de Credenciamento, conforme modelo do Anexo - II deste edital;

14.4.7. Em se tratando de microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e para que possa gozar dos benefícios previstos no capítulo - V da referida Lei, é necessário, no momento do Credenciamento, acrescentar declaração, nos termos do Anexo - III deste edital.

14.4.8. Declaração separada de qualquer dos envelopes, assinada por quem de direito, informando que a proposta da licitante foi elaboração de forma independente, tendo em vista as disposições dos artigos 90 e 95 da Lei nº 8.666/93, em cumprimento ao disposto na Portaria SDE nº 51/2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Instrução Normativa nº 02/2009, na forma do Anexo - III deste edital;

14.4.9. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas etapas desta licitação e a responder por sua representada, para todos os atos e efeitos previstos neste edital;

14.4.8.1. A falta de apresentação ou incorreção insanáveis de quaisquer dos documentos inerente ao credenciamento, não impedirá a participação da licitante no certame, no entanto, impossibilitará o representante de se manifestar e responder pela empresa, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos;

14.4.8.2. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado mediante justificativa aceita pela Comissão de Licitação;

14.4.8.3. O encerramento da fase de credenciamento fará precluir o direito de sanar falhas nas declarações preliminares bem como da desistência do certame, após o que não será admitida a retirada das propostas.

DA INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL

15. O licitante deverá examinar todas as instruções, modelos, condições e especificações que integram os documentos do certame, os quais constituem a única fonte de informação para a preparação da proposta. Se o licitante deixar de atender quaisquer das condições estabelecidas nos documentos de habilitação ou apresentar uma proposta técnica e de preços que não se adeque substancialmente em todos os seus aspectos a estes documentos, correrá o risco de frustra sua participação.

15.1. As solicitações de esclarecimentos poderão ocorrer por meio do Telefone nº (84) 3388.0111,



Ramal 30 ou pelo e-mail: cpl.msales@gmail.com, cujo pedido deverá ser encaminhada à Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, localizada na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN.

DO EDITAL E AQUISIÇÃO DA PASTA IMPRESSA E MÍDIA DIGITAL

16. O edital completo e seus anexos poderão ser examinados no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, na Rua Nilza Fernandes, nº 640 - Centro, Major Sales/RN.

16.1. O edital e seus anexos impresso e em mídia digital poderão ser adquiridos através de depósito ou transferência Bancária na Conta Corrente de nº 8621-5 Agência: 1165-7 (Banco do Brasil) em nome da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN - TRIBUTOS, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), no horário de expediente, ou seja, de segunda a sexta feira das 07h00min às 13h00min. O depósito bancário feito na conta corrente acima citada, só terá validade mediante comprovação autenticada.

16.2. O recolhimento da taxa de que trata o subitem 16.1 referente à retirada do edital, será dispensada quando o edital e seus anexos forem retirados via internet, por meio dos endereços eletrônicos www.majorsales.rn.gov.br e tce.rn.gov.br, podendo ser reproduzido por conta própria ou solicitado via e-mail cpl.msales@gmail.com, diretamente a Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

DOS ENVELOPES DA HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS

17. Até o dia e horário e no local fixados no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá apresentar simultaneamente, além do credenciamento e da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, três envelopes, um contendo os documentos de habilitação (ENVELOPE 01), outro com a proposta técnica (ENVELOPE 02) e o outro com a proposta de preços (ENVELOPE 03), que deverão ser entregues separadamente, em papel A4, única via, em envelopes opacos, fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

PROPOSTA TÉCNICA



ENVELOPE Nº 03 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. O envelope de habilitação deverá conter a documentação em 01 (uma) via, em original ou cópia autenticada por qualquer processo de autenticação ou em consonância com as disposições do art. 3º, II da Lei Federal nº 13.726/2018, mediante apresentação dos documentos originais ao agente público para conferência de acordo com o art. 32 da Lei nº 8.666/93 ou publicação em órgão da imprensa oficial.

17.2. Os documentos deverão ser apresentados sem rasuras ou entrelinhas, inclusive dentro do prazo de validade estabelecido pelos órgãos competentes.

17.3. Para fins de agilização da fase de habilitação desta Tomada de Preço, todos os documentos deverão ser adequadamente encadernados, rubricados e numerados, no canto inferior direito, apresentando ao final um Termo de Encerramento, devendo conter na capa a titulação do conteúdo, nome da licitante, nº do edital e a descrição do Objeto da Licitação.

17.4. Os documentos emitidos via Internet poderão ser apresentados em impressos ou cópias simples, devendo a Comissão Especial de Licitação verificar a sua autenticidade e validade no site do órgão emissor. Ocorrendo discrepância entre a consulta efetuada pela comissão e os documentos apresentados, prevalecerá a consulta.

17.5. O CNPJ indicado nos documentos de habilitação e de classificação - proposta técnica e proposta de preço - deverá ser do mesmo estabelecimento que efetivamente executará o objeto desta licitação.

17.6. Em nenhuma hipótese será concedido prazo adicional ou permissão para inclusão ou apresentação de documentos ou informações que deveriam constar dos envelopes de habilitação exceto nos casos previsto no art. 48 da Lei 8.666/93 e art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

17.7. A Comissão se reserva o direito de exigir, em qualquer época ou oportunidade, a exibição de documentos ou prestação de informações complementares que julgar necessários ao perfeito esclarecimento e comprovação da documentação apresentada, além de proceder às diligências e verificações, na forma do art. 48 da Lei 8.666/93.

DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO “EVELOPE Nº 01”

18. A Documentação de Habilitação deverá ser entregue em 01 (uma) via, em envelope devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme o indicado no item 17 deste edital.

18.2. Não serão aceitos nesta licitação documentos apresentados por meio de fitas, discos



magnéticos, filmes ou cópias em fax símile, mesmo autenticados, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração do objeto licitado;

18.3. Na hipótese de apresentação de documento com prazo vencido, e caso a Comissão de Licitação não logre êxito em obter o documento correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente, ou seja, na mesma sessão, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

18.4. A participação de qualquer licitante na Tomada de Preço nº 2021.07.30.010TP, do tipo “Técnica e Preço”, requer a apresentação de toda a documentação comprobatória e da necessária qualificação no que se refere à:

18.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

18.4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

18.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA;

18.4.4. DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO;

18.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROPOSTA TÉCNICA “**ENVELOPE Nº 02**”;

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

18.4.1.1. Cópia legível da cédula de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física - CPF de todos sócios que integram o quadro societário da empresa;

18.4.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual ou documento equivalente registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante;

18.4.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

18.4.1.3.1. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva devidamente registrada;

18.4.1.3.2. Ficará a licitante dispensada da apresentação do Estatuto ou Contrato Social, se o mesmo já tiver sido apresentado no momento do credenciamento;

18.4.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

18.4.1.5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, documento comprobatório do registro como MEI, conforme previsto na Resolução CGSIM n. 16, de 17 de dezembro de 2009, que substitui o Requerimento de Empresário para todos os fins.

18.4.1.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

18.4.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

18.4.2.1. Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, demonstrando que a licitante possui habilitação pertinente ao ramo de atividade compatível ao objeto da licitação;

18.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, art. 29, II da Lei nº 8.666/93.

18.4.2.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, art. 29, II da Lei nº 8.666/93.

18.4.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a tributos e contribuições federais, mediante apresentação de “Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União”;

18.4.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de “Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais e à Dívida Ativa do Estado” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais e a Dívida Ativa do Estado”, ou documento equivalente.

18.4.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de “Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais e à Dívida Ativa do Município” ou “Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais e a Dívida Ativa do Município”, ou documento equivalente;

18.4.2.7. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND),

expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

18.4.2.8. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação (CRS), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF);

18.4.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título - VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

18.4.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura da licitação, quando a lei não estabelecer prazo diferente;

18.4.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício financeiro “2020”, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

18.4.3.3. Conforme dispõe o art. 31, I, da Lei nº 8.66/93, serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, assim apresentados:

SOCIEDADES REGIDAS PELA LEI Nº 6.404/76 “SOCIEDADE ANÔNIMA”

18.4.3.3.1. Publicados em Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da sociedade empresária, art. 289, caput, da Lei nº 6.404/76;

18.4.3.3.2. Publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da sociedade empresária, art. 289, caput, da Lei nº 6.404/76

18.4.3.3.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

18.4.3.3.4. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma do art. 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76.

SOCIEDADES POR COTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA “LTDA”

18.4.3.3.5. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;



18.4.3.3.6. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

18.4.3.3.7. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis Gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

SOCIEDADES SUJEITAS AO REGIME DA LEI COMP. 123/2006

18.4.3.3.8. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

18.4.3.3.9. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

18.4.3.3.10. Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS, na forma do item 59.3.4.6 deste edital;

18.4.3.3.11. Declaração Anual do SIMEI, para as empresas que se enquadram na Condição de Microempreendedor Individual, “Simples Nacional”.

18.4.3.3.12. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis Gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

SOCIEDADE CRIADA NO ANO EM CURSO

18.4.3.3.13. Fotocópia do Balanço de Abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

18.4.3.4. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

18.4.3.5. Na hipótese de ser o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante deverá apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial;

18.4.3.6. A análise da situação financeira do licitante será avaliada pelo(s) Índice (s) de Solvência Geral (SG), Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação da(s) fórmula(s) abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

ATIVO TOTAL

SG
 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
 ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL À LONGO PRAZO
 LG
 PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO
 ATIVO CIRCULANTE
 LC
 PASSIVO CIRCULANTE

18.4.3.6.1. Em virtude da pandemia do coronavírus, caso os Balanços Patrimoniais, Demonstrações Contábeis ou Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS do exercício findo (2020) não estejam concluídos, excepcionalmente aceitaremos os Balanços Patrimonial, Demonstrações Contábeis ou Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS do exercício (2019).

18.4.3.7. A licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um), deverá comprovar possuir capital social integralizado ou patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco) por cento do valor estimado para a contratação, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, certidão simplificada ou balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no art. 31, I, da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual.

18.4.3.8. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes documentação, propostas técnicas e propostas de preços em um único momento, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

18.4.3.9. Não serão aceitos protocolos referentes às solicitações feitas às repartições competentes quanto aos documentos necessários para habilitação da empresa, documentos apresentados em forma de fac-símile, nem cópias ilegíveis, ainda que autenticadas.

DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO;

18.4.4.1. A habilitação da licitante também fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos:

18.4.4.2. Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN ou por órgão da Administração Pública Federal (SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) ou Estadual, que expresse o prazo de validade na forma do art. 34, da Lei 8.666/93.

18.4.4.3. Declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, nos termos art. 32, § 2º da Lei de Licitações nº 8.666/93 - Anexo - III, deste edital.

18.4.4.4. Declarar a não utilização de mão-de-obra direta ou indireta de menores pela empresa, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 27, V, da Lei nº 8.666/93 (Lei n.º 9.854/99), conforme modelo do Anexo - III, deste edital;

18.4.4.5. Declarar a inexistência de servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia até o terceiro grau no quadro societário da empresa, conforme modelo do Anexo III, deste edital.

18.4.4.6. Declarar a elaboração independente de sua proposta, tendo em vista as disposições dos



artigos 90 e 95 da Lei nº 8.666/93, em cumprimento ao disposto na Portaria SDE nº 51/2009, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Instrução Normativa nº 02/2009, conforme modelo do Anexo III, deste edital.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - PROPOSTA TÉCNICA “ENVELOPE Nº 02”

18.5. Comprovação de capacidade técnico-operacional e profissional: demonstrando que a empresa e os profissionais responsáveis possuem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, por meio de Atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou vem executando serviços do tipo descrito no ato convocatório.

18.5.1. Serão admitidos os atestados de serviços prestados de complexidade operacional ou tecnológica equivalente ou superior às parcelas indicadas a seguir:

18.5.1.1. Eixo Temático: Acompanhamento, execução e prestação de contas dos programas educacionais federais.

18.5.1.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica de assessoria na área de gestão de programas de educação federais.

18.5.1.1.2. Atestado(s) de participação como palestrante em cursos ministrados aos municípios brasileiros em assuntos relacionados à educação.

18.5.1.1.3. Autoria ou coautoria de obra (impressa ou digital) relacionada ao assunto do eixo temático;

18.5.1.1.4. Comprovante do exercício de função em cargo técnico ou gerencial, em órgão público Federal, Estadual ou Municipal, em áreas relacionadas à educação, por parte do responsável técnico pela empresa;

18.5.2. O(s) atestado(s) e/ou a(s) Certidão(ões) apresentada(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- 18.5.2.1. Nome do contratado e do contratante;
- 18.5.2.2. Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza dos serviços);
- 18.5.2.3. Localização da execução dos serviços;
- 18.5.2.4. Serviços executados (discriminação as quantidades ou o período).

18.5.3. Declaração de que manterá a frente dos serviços, em tempo integral, até o seu recebimento definitivo, o(s) profissional(s) responsável(s) técnico(s) indicado(s) no item “18.5”, admitindo-se a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pelo órgão contratante;

18.5.3.1. A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa

licitante dar-se-á através:

18.5.3.2. No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o nº de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário;

18.5.3.3. No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

18.5.3.4. No caso de profissional autônomo contratado, contrato de prestação de serviço firmado pelas partes e devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

18.5.3.5. Certidão de regularidade e registro no conselho regional competente, da sede ou domicílio do licitante (Pessoa Jurídica) art. 30, I, da Lei 8.666/93, válida na data da sessão pública para abertura dos envelopes referente a este certame;

18.5.4. A Proposta técnica deverá ser formulada de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico, Edital de Convocação e seus elementos constitutivos, atendendo, dentre outros, aos seguintes requisitos:

REQUISITOS:	EIXO TEMÁTICO: ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS FEDERAIS.
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE APOIO NA ÁREA DE GESTÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FEDERAIS.	NO MÍNIMO, 2 ATESTADOS
ATESTADO DE PARTICIPAÇÃO COMO PALESTRANTE EM CURSOS MINISTRADOS AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM ASSUNTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO.	NO MÍNIMO, 2 ATESTADOS
COMPROVANTE DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EM CARGO TÉCNICO OU GERENCIAL, EM ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, EM ÁREA RELACIONADAS À EDUCAÇÃO, POR PARTE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMPRESA.	NO MÍNIMO, 1 ATESTADO
AUTORIA OU COAUTORIA DE OBRA (IMPRESSA OU DIGITAL) RELACIONADO AO ASSUNTO DO EIXO TEMÁTICO.	SEM MÍNIMO

18.5.5. Serão desclassificadas as Licitantes cujas propostas técnicas não atenderem às condições e requisitos estabelecidos neste edital e serão devolvidos aos respectivos prepostos, os envelopes “02” e “03”, fechados, da mesma forma como foram entregues.

DA PROPOSTA DE PREÇOS “ENVELOPE Nº 03”

19. A proposta deverá ser apresentada em uma 01 (uma) via, redigida em língua portuguesa, numerada de forma a não conter folhas soltas, datada, assinada na última folha e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, modelo do Anexo II, atendendo às seguintes exigências:

19.1. Os preços ofertados devem ser expressos em real (R\$), unitários e totais, com duas casas decimais, indicando o valor global da proposta, em algarismo e por extenso, e devem compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral



do objeto desta licitação.

19.2. Em caso de não incidência e/ou isenção de imposto, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.

19.3. Todos os preços da PROPOSTA devem ser apresentados como definitivos não sendo aceitas quaisquer hipóteses que tornem os preços inconclusos, tais como indicação de preços estimados, reembolso de valores não discriminados na proposta ou menções de descontos ou acréscimos de preços ou quaisquer vantagens em relação à proposta de outra licitante.

19.4. Os preços apresentados, considerando os descontos, se houver, deverão ser preços finais e não serão considerados alegações e pleitos das licitantes para majoração dos preços unitários e totais. Os descontos, quando houver, deverão estar inclusos nos preços unitários e totais propostos.

19.5. Informar prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de sua apresentação, inteligência do art. 64, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

19.6. Estar ciente das condições da licitação, e que assume toda responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares quando solicitadas pela entidade contratante;

19.7. Que executará os serviços de acordo com o prazo estabelecido no edital, sempre com a utilização da melhor técnica;

19.8. Quaisquer custos diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título;

19.9. Quando a licitante cotar o menor preço, apresentar planilha de composição de preços unitários dos serviços, a fim de que seja justificada a viabilidade da proposta, averiguação da coerência dos preços ofertados com os de mercado e a compatibilidade dos coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do contrato.

19.10. A falta de data ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes proposta com poderes para esse fim. Na sua ausência a Comissão de Licitação poderá na forma do art. 4, § 3º da Lei nº 8.666/93, Acórdão nº 2159/2016 -TCU – Plenário; Acórdão nº 3418/2014 –TCU – Plenário, Acórdão nº 3615/2013 –TCU – Plenário e Acórdão nº 1795/2015 –TCU – Plenário.

DA ORDEM DOS TRABALHOS E JULGAMENTO

20. O recebimento dos envelopes de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTAS” será realizado em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes.



20.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Especial de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 da Habilitação, nº 02 da Prosta Técnica e nº 03 da Proposta de Preços, bem como as declarações complementares, e procederá à apuração da licitação.

20.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados.

20.1.2. Os envelopes com sinal de violação ou não lacrados não serão recebidos pela Comissão de Licitação.

20.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentados.

20.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação.

20.3.1. O conteúdo do envelope será rubricado pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

20.4. Nesta licitação, a habilitação das proponentes será verificada, consoantes as disposições do item 18 e seguintes do presente edital.

20.4.1. A Comissão Especial de Licitação poderá suspender a sessão sempre que julgue necessário para analisar os documentos e propostas oferecidas pelos licitantes, objetivando confirmar informações prestadas, inclusive, se preciso, procedendo a diligências;

20.4.1.1. Na hipótese de suspensão da reunião após a abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO”, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 e 03, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

20.5. Ao licitante inabilitado será devolvido os respectivos envelopes nº 02 e nº 03, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

20.6. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, o Envelope nº 02 Proposta Técnica dos licitantes habilitados será aberto, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

20.6.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, o Envelope nº 02 da Proposta Técnica serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos

invioláveis até a posterior abertura.

20.6.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas técnicas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

20.7. Abertos os envelopes “2 da Proposta Técnica” será procedida à avaliação e classificação das propostas técnicas apresentadas, mediante verificação de conformidade com os requisitos estabelecidos no ato convocatório para encontrar o valor da pontuação técnica, levando-se em consideração, para efeito de julgamento, os fatores de avaliação, com pontuações estabelecidas no Edital.

20.8. A Comissão de Licitação, na mesma reunião e ao seu juízo exclusivo, poderá divulgar o resultado dessa fase, mediante comunicação direta aos interessados, se presentes todos os representantes dos licitantes, fato que deverá ser registrado em ata.

20.9. Se todas as propostas técnicas forem desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de desclassificação.

20.10. Inexistindo qualquer fato impeditivo, e caso haja renúncia formal à interposição de recursos relacionados às fases de habilitação e classificação das propostas técnicas por parte das licitantes, a Comissão Especial de Licitação poderá, na mesma reunião, proceder à abertura dos envelopes 03 das “PROPOSTA DE PREÇOS”, das licitantes consideradas habilitadas e classificação, devolvendo às licitantes inabilitadas os respectivos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS”.

20.11. Não ocorrendo a hipótese descrita no subitem anterior, elabora-se a ata respectiva, na qual devem estar registrados os nomes dos licitantes e os motivos que fundamentaram a sua desclassificação, procedendo-se a divulgação do resultado do julgamento e classificação das propostas técnicas na imprensa oficial, aguardando-se o transcurso do prazo legal para interposição de recurso.

20.11.1. Se interpostos recursos, será comunicado aos demais licitantes classificados que poderão impugná-lo no prazo legal.

20.12. Concluída a fase de classificação das propostas técnicas, serão abertos os envelopes que contenham as propostas de preços somente dos licitantes classificados tecnicamente, desde que transcorrido o prazo de interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa dele, ou após terem sido julgados improcedentes os recursos interpostos.

20.13. A Comissão de Licitação, na mesma reunião e ao seu juízo exclusivo, poderá divulgar o resultado dessa fase, mediante comunicação direta aos interessados, se presentes todos os representantes dos licitantes, fato que deverá ser registrado em ata.



20.14. Quando todas as propostas de preços forem desclassificadas, poderá ser fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas das causas apontadas no ato de desclassificação.

20.15. Divulgado o resultado de julgamento e classificação das propostas de preços, caso todos os representantes legais dos licitantes estejam presentes à reunião e declarem expressamente que não têm a intenção de recorrer, tal fato deve constar necessariamente da respectiva ata, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da CEL.

20.16. Não ocorrendo a hipótese descrita no subitem anterior, elabora-se a ata respectiva, na qual devem estar registrados os nomes dos licitantes e os motivos que fundamentaram a sua desclassificação, procedendo-se a divulgação do resultado do julgamento e classificação das propostas de preços na imprensa oficial, aguardando-se o transcurso do prazo legal para interposição de recurso.

20.16.1. Se interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes classificados que poderão impugná-lo no prazo legal.

20.17. Se por qualquer motivo a abertura dos envelopes não puder ser feita em uma única sessão, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho pelos representantes dos licitantes e membros da comissão de licitação, ficarão em poder do seu Presidente até a data e horário oportunamente marcado para outra sessão, a ser previamente divulgado aos licitantes.

DO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

21. Na presente licitação, será considerado inabilitado o licitante que:

21.1. Não apresentar os documentos exigidos neste edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, no dia da abertura da licitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas nas disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

21.2. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

22. Todas as propostas serão analisadas e julgadas, com base na documentação apresentada nos envelopes 02 da Proposta Técnica, e 03 da Proposta de Preços, consante as disposições do art. 43, c/c o art. 46, §2º, ambos da Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, demais regramentos



aplicáveis, e de acordo com os requisitos explicitados neste edital e seus anexos.

22.1. Não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.

22.2. Não se admitirá proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou cujos valores não estejam compatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, na forma do art. 48, da Lei nº 8.666/93 e outros dispositivos aplicáveis.

22.3. Durante a análise das propostas, a Comissão Especial de Licitação poderá convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, pertinentes às respectivas propostas.

22.4. Caberá à Comissão de Licitação, em despacho fundamentado, inabilitar, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, os licitantes sobre os quais houver fato ou circunstância que, anterior ou posteriormente à abertura das propostas, desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica ou qualificação econômico-financeira. A inabilitação não ensejará qualquer indenização ou ressarcimento por parte do órgão licitante.

22.5. Caso haja erros ou divergências entre os valores, os mesmos serão retificados na seguinte forma: havendo discrepância entre os preços unitários e os preços totais, multiplicar-se-á o preço unitário pela quantidade, prevalecendo o preço unitário e corrigindo-se o preço total. Havendo divergência entre o valor em cifras e o por extenso, prevalecerá esse último.

22.6. É de responsabilidade do licitante, a informação de quaisquer alíquotas de impostos. No caso de se constatar omissão da informação das alíquotas de quaisquer dos impostos incidentes, a Comissão de Licitação considerará que os preços contemplam esses impostos nas alíquotas definidas por lei.

22.7. Com relação à aplicação dos impostos, será sempre considerada a legislação em vigor na ocasião do recebimento das propostas, independente da época do fato gerador do imposto. As alterações de legislação pertinentes aos impostos aplicáveis, ocorridas após a data de apresentação das propostas e antes da divulgação do resultado, serão consideradas pela Comissão de Licitação no julgamento da proposta.

22.8. Os critérios para julgamento das Propostas Técnicas e de Preços serão os seguintes:

22.8.1. Serão considerados para fins de pontuação técnica os seguintes Fatores de Avaliação:

EIXO TEMÁTICO: ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS FEDERAIS.

REQUISITOS	EIXO TEMÁTICO: ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS FEDERAIS.	PONTUAÇÃO	
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA DE ACESSORIA NA ÁREA DE GESTÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FEDERAIS.	NO MÍNIMO, 2 ATESTADOS	DE 0 A 1 ATESTADO = 0 PONTOS.	10 PONTOS POR ATESTADO, SE TIVER 02 ATESTADOS OU MAIS. MÁXIMO: 100 PONTOS



ATESTADO DE PARTICIPAÇÃO COMO PALESTRANTE EM CURSOS MINISTRADOS AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.	NO MÍNIMO, 3 ATESTADOS	DE 0 A 1 ATESTADO = 0 PONTOS.	10 PONTOS POR ATESTADO, SE TIVER, PELO MENOS, 02 ATESTADOS. MÁXIMO: 100 PONTOS.
COMPROVANTE DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO EM CARGO TÉCNICO OU GERENCIAL, EM ÓRGÃO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUA OU MUNICIPAL, EM ÁREA RELACIONADAS À EDUCAÇÃO, POR PARTE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EMPRESA.	NO MÍNIMO, 1 ATESTADO CONTEMPLANDO 2 (DOIS) ANOS.	0 ATESTADO = 0 PONTOS.	10 PONTOS POR ANO DE COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO, ATESTADO, SE TIVER, PELO MENOS, 01 ATESTADO COM 2 (DOIS) ANOS. MÁXIMO: 100 PONTOS.
AUTORIA OU COAUTORIA DE OBRA (IMPRESSA OU DIGITAL) RELACIONADO AO ASSUNTO DO EIXO TEMÁTICO.	SEM MÍNIMO	0 OBRA + 0 PONTO.	10 PONTOS POR OBRA, SE TIVER, PELO MENOS UMA OBRA. MÁXIMO: 100 PONTOS

22.9. A valoração e avaliação das propostas técnicas e de preços serão obtidas pelas seguintes fórmulas:

22.9.1. A Proposta Técnica (PT) será o somatório dos pontos somados pelos requisitos atendidos, conforme a tabela constante no subitem 22.8.1:

PT = Pontos somados com o requisito “Atestado de capacidade técnica de assessoria na área de gestão de programas de educação federais” + Pontos somados com o requisito “Atestado de participação como palestrante em cursos ministrados aos municípios brasileiros” + Pontos somados com o requisito “Autoria ou coautoria de obra (impressa ou digital) relacionada ao assunto do eixo temático com assunto do , conforme o caso” + Pontos somados com o requisito “Comprovante de exercício de função em cargo técnico ou gerencial, em órgão público municipal, estadual ou federal, em áreas relacionadas à educação, por parte do responsável técnico pela empresa”;

22.9.2. O Índice Técnico (IT) será obtido mediante a divisão da Pontuação Técnica (PT) de cada proposta pela pontuação da proposta que obteve a maior pontuação (MPT), conforme a seguinte fórmula utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IT = \frac{PT}{MPT}$$

22.9.3. O julgamento das Propostas de Preços (PP) será efetuado da seguinte forma:

22.9.3.1. A Comissão Especial de Licitação analisará as Propostas de Preços dos licitantes que tiveres suas Propostas Técnicas classificadas em conformidade com o Edital. Como resultado do julgamento será atribuído um Índice de Preços (IP).

22.9.3.2. O Índice de Preços (IP) será calculado dividindo-se o Menor Preço Apresentado (MPA), pelo Preço de cada Proposta Analisada (PPA), e obtido mediante a seguinte fórmula, utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente:

$$IT = \frac{MPA}{PPA}$$

22.9.4. O Valor de Avaliação (A) de cada licitante classificado será calculada, conforme a fórmula abaixo:

$$AVALIAÇÃO (A) = \frac{(\text{ÍNDICE TÉCNICO} * 0,85) + (\text{ÍNDICE DE PREÇO} * 0,15)}{(0,85 + 0,15)}$$



22.10. A Pontuação Técnica das propostas deverá alcançar a pontuação no item 22.8.1, sob pena de desclassificação.

22.11. Proposta vencedora:

22.11.1. Será declarado vencedor o Licitante que, atendendo às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, obtiver o maior valor de avaliação (A).

22.11.2. Na hipótese de igualdade de condições entre duas ou mais propostas serão observados as disposições do art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação.

22.11.3. Nos casos em que inexistirem propostas com direito à preferência, ou houver duas ou mais propostas na mesma ordem de preferência, será considerada classificada em primeiro lugar a proposta que obtiver o maior valor de avaliação.

22.12. A fim de facilitar a análise, avaliação e comparação das propostas, a comissão de licitação poderá, se necessário, solicitar esclarecimentos sobre a(s) propostas(s). A solicitação e a resposta serão feitas sempre por escrito. Os esclarecimentos apresentados não poderão, em qualquer hipótese, constituir-se em alteração de quaisquer das condições da proposta.

22.13. Para o julgamento das propostas, a Comissão de Licitação poderá utilizar-se de assessoramento técnico específico na área de competência cabível, através de parecer que integrará o processo.

22.14. Serão desclassificadas as propostas comerciais que:

22.14.1. Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital e seus elementos constitutivos;

22.14.2. Atingir pontuação inferior a 100 pontos, na Pontuação Técnica (IPT);

22.14.3. Apresentar valor global e/ou unitários superiores ao valor orçado pelo órgão licitante;

22.14.4. Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

22.14.5. Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

22.14.5.1. Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja



inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

II. Valor orçado pela Administração.

22.14.5.2. Nessa situação, será convocado o licitante no prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do art. 48, II, da Lei nº 8.666/93, sob pena de desclassificação.

22.15. Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, a preferência de contratação será dada a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), operacionalizado do seguinte modo:

22.15.1. Ocorre empate quando a ME ou EPP apresentar proposta igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta;

22.15.2. Havendo 02 (duas) ou mais propostas de ME ou EPP com propostas de até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta, e cujos valores sejam equivalentes, será realizado sorteio entre elas a quem se assegurará o direito de apresentar a melhor oferta (de acordo com art. 45, III da Lei Complementar 123/06) e seguintes;

22.15.3. A ME ou EPP melhor classificada ou assim definida em sorteio, conforme item 22.15.2 anterior será convidada a apresentar proposta melhor do que a primeira classificada e, neste caso, terá o objeto adjudicado, considerada a sua nova proposta, necessariamente melhor do que aquela anteriormente classificada;

22.15.4. Recusando-se a apresentar nova proposta, será convidada a 2ª (segunda) ME ou EPP melhor classificada para exercer o direito descrito no item 22.15.3 acima; e,

22.15.5. Se nenhuma ME ou EPP com proposta empatada com a melhor proposta exercer o direito que lhe é assegurado nos termos do subitem "22.15.3" supra, o objeto será adjudicado ao licitante que apresentou a melhor proposta.

22.16. Verificada a situação do item 22.15.5 anterior, se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas na primeira classificação, a decisão será por sorteio, realizado em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados, a fim de que se obtenha a ordem de classificação dos licitantes.

22.17. Após apuração, o resultado do certame será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site www.majorsales.rn.gov.br, além de divulgado no site Oficial da Prefeitura Municipal de Major Sales, no endereço eletrônico www.majorsales.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.



DA DILIGENCIA

23. É facultado à Comissão Especial de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

24. Da decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitar ou inhabilitar licitantes e classificar propostas ou do julgamento propriamente dito, caberá recurso no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da intimação do ato, art. 109, I da Lei 8.666/93.

24.1. Os recursos administrativos, bem como as impugnações, deverão ser encaminhados por intermédio da Comissão Especial de Licitação e entregues no protocolo da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, no endereço constante do preâmbulo deste edital, no horário de segunda à sexta-feira das 07h00min às 13h00min.

24.2. Os recursos administrativos, bem como as impugnações, poderão ser interpostos através do FAX (84) 3388.0111, ficando os licitantes obrigados a apresentar os originais dentro do prazo recursal, Art. 109 da Lei 8.666/93, sob pena de desconhecimento dos mesmos pela Comissão Especial de Licitação.

24.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19. Divulgado o resultado final da Licitação, se todos os licitantes manifestarem expressamente, desistência em interpor recursos ou depois de transcorrido o prazo sem interposição de recursos ou, ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, o processo será encaminhado para adjudicação e homologação do objeto desta Licitação pela autoridade superior.

19.1. A adjudicação do objeto a licitante vencedora e a homologação do processo licitatório serão efetuadas pela Prefeita Municipal de Major Sales/RN, após o recebimento do relatório da Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 da Portaria nº 045/2021-GP.

25.2. Se o vencedor for microempresas e/ou empresas de pequeno, serão obedecidas às regras previstas na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO



26. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo do previsto no artigo 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

26.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela administração.

26.2. As empresas, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso v, da lei nº 9.605, de 1998, não poderão contratar com a administração pública.

26.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste edital e na legislação vigente.

26.4. Em caso de aditamento contratual que incorra em inclusão de serviços não previstos inicialmente na planilha orçamentária, os preços desses novos serviços serão reduzidos na mesma proporção do desconto ofertado pela contratada à época da licitação, ou seja, sofrerão redução proporcional à diferença percentual original entre os custos unitários dos insumos e serviços cotados em sua proposta e aqueles constantes na planilha orçamentária do órgão licitante.

DAS RETENÇÕES

27. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, além da retenção prevista no subitem 31.7.7 efetuará as retenções que forem de sua competência, ficando a contratada no dever de apresentar os comprovantes de pagamentos dos recolhimentos devidos na forma da legislação para recebimento de sua fatura.

DA VIGENCIA DO CONTRATO

28. O Contrato proveniente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, com validade e eficácia legal após publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, através do site www.in.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site www.majorsales.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, respeitadas as disposições do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

28.1. O contrato e os aditivos proveniente desta licitação considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no item anterior ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro, item 33 e seguintes deste instrumento.





DA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

29. O contrato resultante da licitação adotada para execução continuada dos serviços, poderão ser alterados nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da administração e da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

29.1. A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria Municipal de Educação, em até 20 (trinta) dias antes do término do prazo contratual, acompanhada das devidas justificativas.

DO REAJUSTAMENTO

30. Não haverá reajustamento nos preços propostos, o preço a ser contratado, tido como vencedor do presente certame, será fixo e irrevogável, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (...).”

30.1. Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o período de 12 (doze) meses, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CONDIÇÕES/PRAZOS DE PAGAMENTO E RETENÇÕES

31. Os pagamentos serão realizados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

31.1. A adjudicatária deverá protocolar a solicitação de cobrança junto ao setor competente, para

liquidação e pagamento da despesa pelo município de Major Sales/RN.

31.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura ou documento equivalente deverá estar acompanhada das guias que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista (INSS, FGTS, ICMS DO ESTADO DA LICITANTE, FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DA LICITANTE E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS), em original ou em fotocópia autenticada.

31.3. No decurso do prazo obrigatoriamente pactuado ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contados da solicitação de cobrança, o responsável pela execução do contrato conferirá a documentação exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando a autenticidade das certidões apresentadas junto aos órgãos expedidores, bem como se os serviços recebidos atendem às especificações e condições previamente acordadas, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, assim, não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

31.4. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, a execução dos serviços ou parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

31.5. A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução dos serviços caberá aos gestores do contrato, na forma do subitem 19.1, do Projeto Básico.

31.6. Havendo erro na apresentação das Faturas/Notas Fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

31.7. Após o cumprimento das providências de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

31.7.1. De até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN;

31.7.2. De no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como preve a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

31.7.3. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Projeto Básico, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.



31.7.4. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços recebidos não estiverem em perfeitas condições de serem utilizados ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

31.7.5. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos da legislação vigente.

31.7.6. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

31.7.7. Quando for o caso a contratante fará retenção do recolhimento da alíquota de 5,5% (cinco vírgula cinco) por cento sobre o valor correspondente ao pagamento/fatura a título de INSS, 2.5% (dois vírgula cinco) por cento sobre o valor correspondente ao pagamento/fatura a título de ISS, sendo a primeira recolhida ao Instituto de Seguridade Social - INSS e a Segunda a conta de tributos da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

DAS PENALIDADES

32. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, pelo não cumprimento dos compromissos acordados, a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN aplicará, isolada ou cumulativamente, observado a gravidade da falta, as seguintes sanções:

32.1. À LICITANTE, pela inexecução total ou parcial do contrato, resultante desta licitação, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções a seguir relacionadas:

32.1.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, caso a licitante se recuse a assinar o contrato;

32.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

32.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, emitida pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, enquanto perdurarem os motivos da punição, com publicação na imprensa oficial da União, Estado e Município.

32.2. À CONTRATADA, pela inexecução total ou parcial do contrato, resultante desta licitação, ou pelo descumprimento dos prazos e demais obrigações assumidas, na forma do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

32.2.1. Advertência, na forma do art. 87, I, da Lei Federal nº 8.666/93, Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos;

32.2.2. Multas por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da etapa em atraso, não excedendo o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$M = 0,1 \times A \times F$, onde:
M = percentual representativo da multa;
A = Atraso em dias corridos;
F = 3 (Fator crítico relativo à importância do evento).

32.2.3. As importâncias relativas às multas serão descontadas dos recebimentos a que a contratada tiver direito, competindo-lhe no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de entrega da notificação;

32.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

32.3. São considerados motivos de caso fortuito ou de força maior, para isenção das multas devidas pela licitante contratada, pelo não cumprimento de prazos estipulados no contrato, à ocorrência de fatos, cujos efeitos não seria possível evitar ou impedir, na forma estabelecida no Código Civil vigente, os quais somente serão válidos quando vinculados diretamente ao objeto do contrato, desde que alegados pela licitante contratada, devidamente comprovados e aceitos expressamente pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN

32.4. Os casos fortuitos ou motivos de força maior devem ser devidamente comunicados e comprovados por escrito a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de sua ocorrência. A não comunicação desses motivos no prazo acima importará na aplicação da penalidade, com perda do direito de alegá-lo, exceto por razões que impossibilitem o aviso.

32.5. A licitante contratada tem o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir de sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita, na forma como foi apresentada, e não dará o direito de a licitante contratada expor qualquer contestação.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

33. O prazo de execução dos serviços objeto desta licitação será de 12 (doze) meses corridos, contados da assinatura da Ordem de Serviços ou da Autorização para início das atividades.

33.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei N.º 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.



33.2. O prazo do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses corridos, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, por até 60 (sessenta) meses, dada a natureza continuada dos serviços.

33.3. A contratada fica obrigada a refazer os serviços que vierem a ser recusados pela fiscalização da contratante por não atenderem às especificações deste edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

34. O recebimento dos serviços objeto da licitação será fiscalizado por servidor designado por meio de portaria editada pela gestora municipal de Major Sales, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações.

34.1. Os serviços solicitados deverão ser entregues adequadamente de forma a permitir completa satisfação do contratante, diretamente na entidade solicitante ou ao secretário municipal de administração e planejamento como órgão contratante;

34.2. Os serviços requisitados deverão ser entregues diretamente na entidade solicitante ou ao secretário municipal de administração e planejamento como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a emissão da ordem de serviços, em parcelas conforme solicitação do setor competente;

34.3. O não atendimento do prazo fixado neste termo de referência implicarão na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93;

34.4. Os serviços recusados pela administração, deverão ser substituídos automaticamente, no prazo máximo de 72h00min, contadas da data da Notificação, correndo por conta do prestador as despesas de substituição dos referidos serviços;

34.5. Não será admitido para efeito de recebimento, serviços que esteja em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas no Projeto Básico, na Proposta Comercial adjudicada e na Nota de Empenho;

34.5. Feita à entrega pela contratada, a contratante por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 24h00min, os exames necessários para aceitação e aprovação dos serviços de modo a comprovar que os mesmos atendem as especificações estabelecidas no edital, conforme descrito na proposta vencedora;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

35. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil,

tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

35.1. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

35.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

35.3. A execução dos serviços será de responsabilidade total da contratada, que formalizará qual técnico efetivamente ficará responsável pela análise semanal da situação do município de Major Sales frente às políticas de financiamento da educação (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS), promovendo se for o caso, a substituição do profissional inapto, dentre outras:

35.3.1. Prestar assessoria diária a gestora municipal e aos gestores municipais dos programas educacional federais;

35.3.2. Prestar assessoria direta e imediata ao Secretário Municipal de Educação do município de Major Sales;

35.3.3. Fomentar a capacitação das equipes de confiança e permanentes que trabalham diretamente com os programas educacional federais no município de Major Sales/RN;

35.3.4. Organizar, preparar e promover o acompanhamento dos processos de prestação de contas *on line* (SIGPC) vinculados aos programas educacional federais de transferência voluntária e obrigatória do FNDE (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS) ou de convênios congêneres;

35.3.5. Orientar a instauração dos procedimentos administrativos, licitatórios e as contratações no âmbito dos programas financiados pelo FNDE;

35.3.6. Assessorar a equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação nos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no âmbito do PANE;

35.3.7. Promover as necessidades do município, orientando ao secretário sobre os diferentes programas e serviços disponíveis para apresentação de pleitos, visando o apoio e assistência em cada um deles.

35.3.8. Articular junto ao organismo de esfera governamental e de iniciativa privada, objetivando a captação de recursos e a atração de investimentos para o município.

35.4. O descumprimento do prazo de atendimento ou a não substituição do profissional que não estará atendendo as exigências, ensejará a aplicação de multas a contratada, calculadas sobre o valor total do contrato.

35.5. Durante todo o período deverá ser prestado de modo a remover qualquer tipo de danos



apresentados pelos profissionais, compreendendo, nesse caso, a substituição a fim de manter a prestação dos serviços, sem qualquer ônus adicional para o município.

35.6. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria solicitante.

35.7. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

35.8. Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento determinado pela Secretaria;

35.9. A contratada deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica, Certidões de Regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e Regularidade Fiscal válidas para possibilitar o pagamento a ser efetuado pelo contratante;

35.10. Não ceder, transferir ou subcontratar a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratual, sem a prévia e expressa anuência da contratante, por escrito;

35.11. Responder, civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou a terceiros.

35.12. Prestar os serviços utilizando toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações dela decorrentes.

35.13. Garantir a melhor qualidade na prestação dos serviços, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso conforme solicitação, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto do presente contrato.

35.14. Comunicar expressamente à administração, a quem competirá deliberar a respeito, de toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

35.15. Prestar à administração, sempre que necessário esclarecimento sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária para o perfeito fornecimento dos mesmos.

§ 1º. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, consoante as disposições do art. 56 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

§ 2º. Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as



obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

§ 3º. A mão de obra empregada pela contratada, na execução dos serviços, objeto deste contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Prefeitura Municipal de Major Sales, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a este, observando-se o disposto no art. 71, da Lei nº 8.666/93.

§ 4º. Dentro do prazo de prescrição estabelecido pela lei civil ou administrativa, a contratada deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultantes da execução dos serviços.

§ 5º. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 6º. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à ausência de fiscalização ou de acompanhamento pelo órgão interessado, na forma do art. 70, da Lei nº 8.666/93, e do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

36. Cumprir, pontualmente, os compromissos financeiros acordados com a empresa contratada, efetuando o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN.

36.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

36.2. Providenciar as condições para o início da execução dos serviços ou emitir autorização expressa com a devida justificativa técnica de que eventual necessidade de atraso;

36.3. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do certame, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

36.4. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Termo de Contrato ou Ajuste;

36.5. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela contratada com base nas medições de





serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no contrato, ou seja, que forem regularmente liquidadas.

36.6. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a aplicação das sanções previstas no edital e no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

36.7. Proporcionar as Contratadas todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

36.8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada entregar fora das especificações técnicas contidas no edital, conforme descrito na proposta vencedora;

36.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

36.10. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, a fim de fazer valer os compromissos assumidos no pacto contratual;

36.11. A administração municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

36.12. Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Major Sales obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela contratada.

DA RECISÃO DO CONTRATO

37. O Contrato decorrente desta licitação poderá ser rescindido amigavelmente a critério da contratante, por acordo entre as partes ou por razões de ordem administrativa, na forma da legislação vigente.

37.1. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, poderá rescindir unilateralmente o Contrato de pleno direito, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial e do pagamento de qualquer indenização nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993, nos casos que:

37.1.1. A CONTRATADA não cumprir as disposições contratuais;

37.1.2. Atraso superior a 02 (dois) dias na prestação dos serviços;

37.1.3. Subcontratação total ou parcial dos serviços licitados;

37.1.4. Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;

37.1.5. Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;

37.1.6. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e homologadas pela Secretaria Municipal de Educação.

37.1.7. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

37.1.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

DA IMPUGNAÇÃO DO ESDITAL

38. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da legislação vigente, devendo protocolar o pedido com antecedência de até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, de acordo com o art. 41 da Lei nº 8.666/93.

38.1. Caberá à administração julgar e responder a impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da lei nº 8.666/93.

38.2. Se acolhida a petição de impugnação contra o presente edital, será designada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

39. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

39.1. Conforme o art. 111 da Lei nº 8.666/93, todos os direitos autorais relativos a estudos e projetos, desenvolvidos pela contratada para execução do objeto contratual, serão cedidos a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN podendo este reutilizá-los gratuitamente em outros empreendimentos de sua responsabilidade.

39.2. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da licitante contratada, na forma do art. 71, da Lei nº 8.666/93.

39.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos

preços contratados.

39.4. Durante a vigência do contrato, caso a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a licitante contratada, para que a mesma possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

39.5. Até a data da assinatura do contrato, a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN poderá desclassificar a licitante tida como vencedora, se vier a ter conhecimento comprovado de fato ou circunstância que a desabone, anterior ou posterior ao julgamento, procedendo à adjudicação do objeto desta licitação à outra licitante, obedecendo à ordem de classificação.

39.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Na hipótese de se constatar a imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados pela licitante, poderá a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, a qualquer tempo, desclassificá-la ou rescindir o contrato subscrito.

39.7. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação;

39.8. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas;

39.9. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

39.10. As licitantes que apresentarem questionamentos, sob a forma de impugnação, ou em caráter de recurso, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas na legislação vigente.

39.11. A Prefeitura Municipal de Major Sales, a qualquer tempo, antes da data de apresentação da documentação e das propostas das ofertantes, poderá proceder a alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo aos interessados que houverem adquirido o edital, o correspondente adendo.

39.12. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, sendo-lhe vedado reclamar qualquer indenização da Prefeitura Municipal de Major Sales, que poderá, a seu exclusivo critério, promover à contratação do objeto desta licitação, parcialmente, observadas as disponibilidades dos recursos orçamentários e/ou financeiros.

39.13. Todas as condições deste edital, assim como os compromissos assumidos pela proponente

vencedora, em sua proposta farão parte do contrato, independentemente de transcrição.

39.14. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

39.15. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

39.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

DA TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010

40. Quando for o caso, a critério da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN esta, Tomada de Preço poderá:

40.1. Ser anulado se houver ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

40.1.1. Ser revogado, a juízo da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

40.1.2. Ter a data de abertura dos envelopes da documentação e proposta transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

40.2. No que se refere aos procedimentos, será observado ainda em relação a esta Tomada de Preço nº 2021.07.30.010TP que:

40.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei N.º 8.666/93;

40.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na alínea anterior; e

40.2.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma do art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

DO FORO COMPETENTE

41. As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Cidade de Luís



Gomes/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Major Sales/RN, 05 de agosto de 2021.

Maria Aparecida Ferreira da Silva
Presidente da CPL - Portaria nº 045/2021



EDITAL Nº 2021.07.30.010 "ANEXO I" Secretaria Municipal da Educação

A
Exma. Sra.
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes
Prefeita Municipal de Major Sales/RN

PROJETO BÁSICO

DESTINADO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM REALIZAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA CONCERNENTE A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAL FEDERAIS, A FIM DE ATENDER DEMANDA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN, COM RECURSOS PRÓPRIOS CONSIGNADOS NA LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - EXERCÍCIO DE 2021.

DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente Projeto Básico: A escolha de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, consoante as disposições da legislação vigente.

1.1. Os serviços ofertados pelas licitantes deverão obrigatoriamente, atender as disposições do art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90, no que se refere a observação das normas de qualidade e padrões estabelecidos pelos órgãos competentes de controle e fiscalização.





DA INTRODUÇÃO

2. O Projeto Básico tem por finalidade definir os elementos que norteiam o Processo Licitatório para execução dos serviços de consultoria especializada em realizar assistência técnica concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, objetivando o desenvolvimento de ações e metas planejadas nas ferramentas de trabalho aprovadas para o exercício de 2021.

2.1. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, alinha as diretrizes técnicas e administrativas, almejando o desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados. As características básicas da referida contratação são:

"EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS"			
ITEM	UND	QTD	BREVE DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
0001	MÊS	12	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAL FEDERAIS, A FIM DE ATENDER DEMANDA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO, NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.

2.2. As quantidades descritas na planilha orçamentária são fixas não podendo sofrer alterações nos quantitativos durante a execução do contrato, no entanto, não cabe às empresas vencedoras do certame quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante o prazo de vigência do contrato.

2.3. Eixo Temático:

2.3.1. Suporte no acompanhamento, execução e prestação de contas de Programas Educacionais Federais vinculados ao município de Major Sales/RN.

2.4. Área: Prestação de contas dos programas do FNDE no âmbito do município de Major Sales/RN. Subáreas:

2.4.1. Orientação para elaboração de prestação de contas de cada um dos programas do FNDE;



- 2.4.2. Análise das prestações de contas;
- 2.4.3 Levantamento das prestações de contas enviadas;
- 2.4.3. Impacto e responsabilidades na análise das prestações de contas;
- 2.4.4. Verificação de cada caso (convênio) individual;
- 2.4.5. O Sistema de Gestão dos Conselhos Municipais – SIGECON;
- 2.4.6. Módulo de Acompanhamento e validação do SIOPE – MAVS, confirmação dos dados do SIOPE;
- 2.4.7. Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, Termo de compromisso;
- 2.4.8. Controle social sobre a transferência e a aplicação dos recursos repassados para a execução dos programas e termo de compromisso.
- 2.5. Área: Transferências de recursos automáticos e voluntários, orientação e acompanhamento dos programas do FNDE no âmbito do município de Major Sales/RN. Subáreas:
 - 2.5.1. Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE;
 - 2.5.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
 - 2.5.3. Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE;
 - 2.5.4. Entidades conveniadas com o Poder Público consideradas para a distribuição dos recursos do Fundeb;
 - 2.5.5. Programa de Ações Articuladas- PAR e
 - 2.5.6. Todo e qualquer programa ou convênio integrado pelo município de Major Sales/RN, no âmbito dos Programas Educacional Federais.

DA JUSTIFICATIVA

3. O projeto básico destinado a execução dos serviços técnicos concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacionais federais, está de acordo com as disposições do artigo 13, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação.

1.1.A necessidade da contratação do serviço com especificações técnicas para contribuir com o desenvolvendo da educação do município de Major Sales/RN.





1.2. Ao investir em assessoria a Secretaria Municipal de Educação busca aperfeiçoamento e contribuição junto com os servidores, trazendo eficiência e adequando às necessidades da administração à legislação.

1.3. A Constituição Federal de 1988, impõe aos entes federados (órgãos públicos) a observação dos princípios básicos aplicáveis à administração pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
(...)

1.4. Verifica-se que dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

1.5. No entanto, para que um agente público ofereça serviços de qualidade, este precisa de assistência técnica especializada e capacitada para o bom desenvolvimento de sua incumbência. Nesse desiderato, a reforma administrativa de 1998, inseriu ao art. 39 da Constituição Federal novas regras, para que no âmbito da administração pública dos três poderes, os servidores e por extensão, os agentes públicos, sejam obrigatoriamente capacitados com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão.

1.6. Considerando as mudanças que ocorreram nos últimos anos nos métodos de execução dos programas educacionais e prestação de contas de recursos financeiros recebidos para execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, percebe-se a necessidade dos servidores e técnicos terem apoio técnico de assessoria específica, para buscar novos conhecimentos e assim, desenvolver um trabalho eficaz e eficiente na esfera municipal.

1.7. A Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 atribuiu à União, aos estados e municípios a responsabilidade pela administração do sistema educacional brasileiro que é mantido em regime de colaboração. Dentre os recursos destinados aos municípios destaca-se os recursos do FNDE que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

1.8. O FNDE tem como principal função prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação, procurando garantir um ensino de qualidade a todos os



brasileiros. Seus recursos são direcionados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e organizações não-governamentais para atendimento às escolas públicas de educação básica.

1.9. A transferência dos recursos financeiros dos programas tem ocorrido de forma sistemática, permitindo o planejamento da aquisição, de modo a assegurar o que determina os artigos 205 a 208 da CF/88 nas escolas durante todo o ano letivo.

1.10. Os recursos para operacionalizar os programas são transferidos diretamente a contas específicas abertas pelo próprio Governo Federal, sendo que o município deve realizar as compras e contratações de serviços para executar os programas e garantir o funcionamento das escolas. Ao final de cada exercício é necessário prestar contas do que foi executado durante o ano.

1.11. Ocorre que a prestação de contas desses recursos é de forma informatizada em sistema próprio do FNDE denominado SIGPC e de notória complexidade.

1.12. A correta alimentação nas devidas abas, garante a entrega da prestação de contas nos moldes estabelecidos pelo órgão e caso haja falhas, comprometido é o repasse de recursos financeiros para o município, acarretando em falta de atendimento dos escolares e por conseguinte descumprimento do estabelecido na CF/88.

1.13. Entretanto, por se tratar de um sistema inovador e de alta complexidade, inserido em um ambiente dinâmico, moderno e com diversos stakeholders, o desenho e a priorização do SIGPC estão constantemente sensíveis às orientações da política nacional de educação (agenda governamental), dos órgãos de controle, do Ministério Público, entre outros.

1.14. Outrossim, confirmou-se a necessidade de fragmentar o procedimento de análise da prestação de contas dos programas e projetos educacionais em etapas, as quais visam verificar informações que sejam suficientes para validar o cumprimento da formalidade documental, a execução financeira e a efetividade da execução física, principalmente diante dessa nova perspectiva de gestão eletrônica das prestações de contas, a qual requer o particionamento do procedimento de análise da prestação de contas em três módulos operacionais:

3.14.1. Módulo Contas Online (recebimento e análise da formalidade), e módulo de análise (sob o aspecto financeiro e quanto ao cumprimento do objeto).

1.15. Este particionamento requer o diagnóstico da situação atual das prestações de



contas no município como parte inicial do procedimento de prestação de contas, posteriormente o levantamento e análise documental dos documentos necessários à correta prestação de contas e por fim, sob o aspecto financeiro e cumprimento do objeto, a elaboração e registro final consolidado das prestações de contas no SIGPC.

1.16. Assim, a execução dos serviços tem por finalidade, atender às necessidades do município de Major Sales/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, com vistas ao cumprimento das regras estabelecidas nas cartilhas e orientações provenientes das entidades de controle conhecidas e que merecem todo o respeito dos que fazem a administração pública de Major Sales/RN.

1.17. A contratação almeja melhor planejamento de custos, economicidade e otimização dos procedimentos adotados, evitando assim, contratações emergenciais e gastos desnecessários, com vista a seleção da proposta mais vantajosa para o município de Major Sales/RN, que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

1.18. Por todo o exposto, destaca-se que a contratação perseguida, visa a excelência no acompanhamento técnico, elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, além da experiência e renomado saber para contribuir com os que fazem a educação de Major Sales/RN.

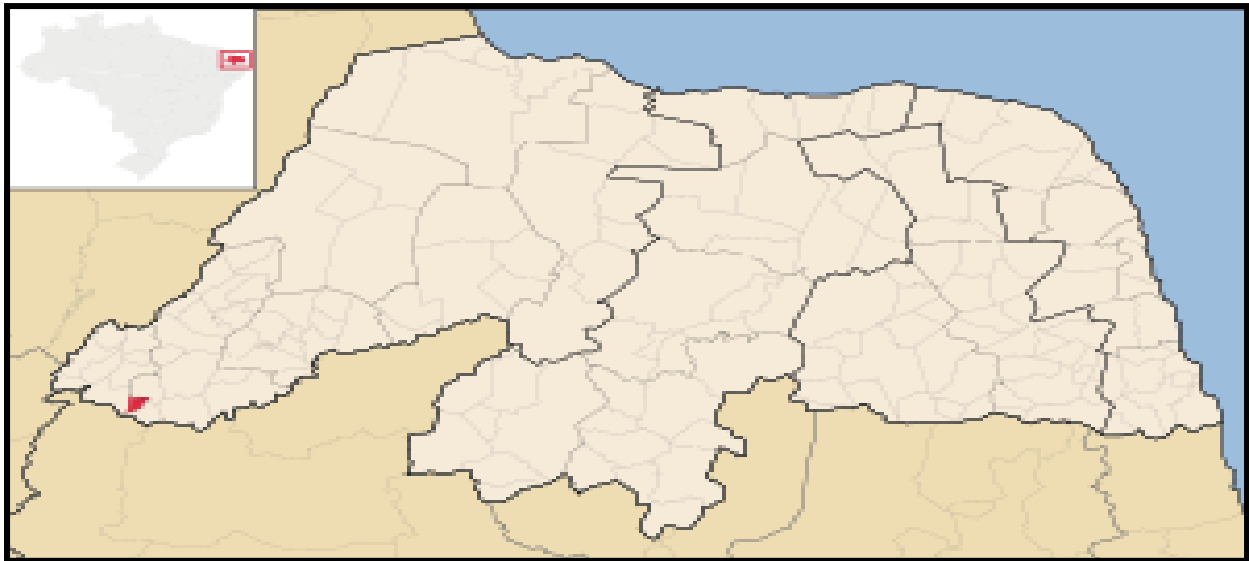
DAS CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

2. O município de Major Sales fica situado no Alto Sertão do Estado do Rio Grande do Norte, região semiárida brasileira de fundo constitucional do Nordeste, o município faz parte do Território de Cidadania, conta com uma população de 3.536 habitantes, conforme Censo 2010 e estimada no ano de 2020 em 4.062 habitantes, o IDH é de 0,63 abaixo da média do Nordeste, que é de 0,719 e o do RN que é de 0,705 e o IES que é de 53,3 acima da média do Nordeste que é de 36,07 e do Rio Grande do Norte que é de 38. O número de famílias atendidas com o programa de cisterna é de 105 na área rural, temos o Programa Bolsa Família com um total de 490 famílias beneficiadas, O ID EB do município no ano de 2009 foi de: 3,7, acima da meta de 3% prevista para o ano de 2010.

2.1. Major Sales foi emancipado de Luís Gomes na década de 1990. Seu nome é uma referência a Francisco Evaristo de Queiroz Sales, natural de Luís Gomes, e um antigo benfeitor das terras hoje correspondentes ao município. Antes de ter sua denominação atual, a localidade era denominada "Sítio Cavas", pertencente ao município de Luís Gomes, sendo depois alterada para Major Sales ao ser elevada à categoria de vila. Com



o crescimento do local, demográfica e economicamente, a vila é desmembrada em 1992, tornando-se município do Rio Grande do Norte.



2.2. Major Sales está localizado no Alto Oeste do estado do Rio Grande do Norte, na mesorregião do Oeste Potiguar e microrregião da Serra de São Miguel, distante 429 quilômetros de Natal, capital estadual, e 1812 quilômetros de Brasília, capital federal. Com uma área de 31,971 km², limita-se com os municípios de José da Penha a norte; Paraná a sul; novamente Paraná e José da Penha a leste e Luís Gomes a oeste.

2.3. A economia do município é frágil, a grande parte da população sobrevive com os programas do Governo Federal, aposentadorias, empregos estaduais e municipais, sendo que a maioria da população vive da agricultura familiar em situação de insegurança alimentar e nutricional, principalmente em face das últimas secas que castiga cada vez mais as camadas menos favorecidas da nossa sociedade.

2.4. O município se destaca na região pelo progresso e desenvolvimento no ramo cultural, é uma comunidade rica em talentos culturais, tais como: Carnaval, Rei de Congo, Caboclos, Quadrilhas Estilizadas, Danças Folclóricas e Cantigas de Rodas. Tem como principal característica a união entre seus habitantes e seus administradores, tendo sempre como principal objetivo o progresso do município. É considerado hoje o expoente cultural, com destaque para os Caboclos de Major Sales/RN.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3. O presente Projeto Básico encontra fundamentação legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e tem por finalidade cumprir as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação



subsidiária da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, demais legislação pertinente, a fim de obter a melhor proposta para administração municipal de Major Sales/RN.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

4. Os documentos para necessária qualificação técnica dos licitantes exigidos na licitação estarão explicitados no edital do certame.

DA PROPOSTA DE PREÇO

5. Os valores propostos deverão ser cotados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos, diretos e indiretos relativos ao objeto do edital, inclusive com as despesas de transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão do instrumento convocatório, não cabendo ao município de Major Sales quaisquer custos adicionais.

5.1. Quanto ao critério de julgamento, será do tipo "Técnica e Preço", considerando o valor do orçamento estimado por meio de levantamento de preços realizado pela secretaria municipal solicitante, com base nos preços praticados por prestadores do ramo que executaram serviços de natureza semelhante no âmbito nacional, durante o mês de julho de 2021, que servirá como um dos parâmetros para apuração do certame, assim, espera-se com isso conseguir uma melhor proposta para a administração de Major Sales/RN.

7.1.1. Os procedimentos a serem seguidos na formulação da proposta técnica constarão do instrumento convocatório;

7.7.2. Os procedimentos a serem seguidos na formulação das propostas de preços constarão do edital da licitação.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇO

6. Todas as propostas serão analisadas e julgadas em observância ao disposto no artigo 46, §2º da Lei nº 8.666/93, com base na documentação apresentada nos envelopes 02, Proposta Técnica, e 03, Proposta de Preços e de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.



DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

7. A participação no certame será aberta a quaisquer interessados, no entanto, dar-se-á tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no artigo 3º do mesmo diploma legal.

7.1. Assim, fica exigido qualificação prévia na habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte para efeito de aplicação da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as quais deverão comprovar que:

9.1.1. Estão registradas na Junta Comercial do Estado de origem enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

9.1.2. Declarar, sob pena da lei, que estão enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na Junta Comercial e que atende aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir o tratamento favorecido e que não se inclui em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal.

9.1.3. Apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, válida na data da licitação.

7.2. Os documentos de qualificação prévia (declaração ou certidão) deverão ser apresentados junto com a documentação de habilitação.

7.3. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigido para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, devendo permanecer, no mínimo, até a assinatura do contrato.

7.4. Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, que exclui do regime diferenciado e favorecido as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadre em uma das hipóteses do citado parágrafo.

7.5. Apresentar demonstrativo dos faturamentos referentes ao exercício de 2020, para que a comissão de Licitação possa verificar o disposto nos incisos I e II, c/c com o § 4º do art. 3º da Lei 123/2006.

7.6. Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, sem



prejuízo das demais punições previstas.

7.7. De acordo com as disposições do art. 18-E, § 2º da Lei Complementar nº 123/2006, todo benefício aplicável à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhe for mais favorável, sendo vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitação, em função de sua natureza jurídica.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8. Na forma da legislação vigente, a execução dos serviços seguirá os procedimentos e especificações a seguir:

8.1. Eixo Temático - consultoria especializada em realizar "assistência técnica sobre acompanhamento, execução e prestação de contas de Programas Educacionais Federais no âmbito do município de Major Sales/RN":

10.1.1. Atender a Prefeitura Municipal de Major Sales, na temática de assistência técnica sobre acompanhamento, execução e prestação de contas de Programas Educacionais Federais, por meio de e-mail, telefone ou videoconferência, a fim de dirimir dúvidas e esclarecer etapas dos processos (novos ou já existentes), diariamente, com tempo de resposta em até 72h00min;

10.1.2. Realizar (duas) capacitações por meio de cursos à distância ou presencial, duração de 4 horas, cada, com os participantes previamente cadastrados e a devida emissão de certificados, espaçadas ao longo da vigência do contrato;

8.2. Os cursos presenciais terão como custo extras da CONTRATANTE: passagens aéreas, transporte terrestre (deslocamento até o local do evento), hospedagem e alimentação.

8.3.A Contratada deverá realizar reunião técnica inicial, que será necessária para esclarecimentos e recomendações quanto à metodologia e desenvolvimento do trabalho, devendo ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos e/ou na elaboração dos serviços contratados, sempre respeitando as legislações específicas das organizações e métodos, técnicas de redações oficiais, técnicas legislativas, dentre outras.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9. O recebimento dos serviços objeto da licitação será fiscalizado por servidor designado por meio de portaria editada pela gestora municipal de Major Sales, e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações;



9.1. Os serviços solicitados deverão ser entregues adequadamente de forma a permitir completa satisfação do contratante, diretamente na entidade solicitante ou ao secretário municipal de administração e planejamento como órgão contratante;

9.2. Os serviços requisitados deverão ser entregues diretamente na entidade solicitante ou ao secretário municipal de administração e planejamento como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a emissão da ordem de serviços, em parcelas conforme solicitação do setor competente;

9.3. O não atendimento do prazo fixado neste termo de referência implicarão na aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93;

9.4. Os serviços recusados pela administração municipal, deverão ser substituídos automaticamente, no prazo máximo de 72h00min, contadas da data da Notificação, correndo por conta do prestador as despesas de substituição dos referidos serviços;

9.5. Não será admitido para efeito de recebimento, serviços que esteja em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas neste Projeto Básico, na Proposta Comercial adjudicada e na Nota de Empenho;

9.6. Feita à entrega pela contratada, a contratante por intermédio da Comissão de Recebimento, realizará no prazo máximo de 24h00min, os exames necessários para aceitação e aprovação dos serviços de modo a comprovar que os mesmos atendem as especificações estabelecidas no edital, conforme descrito na proposta vencedora;

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA.

10.1. Providenciar as condições para o início da execução dos serviços ou emitir autorização expressa com a devida justificativa técnica de que eventual necessidade de atraso;

10.2. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, objeto do certame, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

10.3. Empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Termo de Contrato ou Ajuste;

10.4. Efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela contratada com base nas medições de serviços aprovadas pela fiscalização, obedecidas as condições



estabelecidas no contrato, ou seja, que forem regularmente liquidadas.

10.5. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade detectada na execução do contrato e no caso de não regularização, processar a aplicação das sanções previstas no edital e no art. 87 da Lei nº 8.666/93;

10.6. Proporcionar as Contratadas todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

10.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a contratada entregar fora das especificações técnicas contidas no edital, conforme descrito na proposta vencedora;

10.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

10.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, a fim de fazer valer os compromissos assumidos no pacto contratual;

10.10. A administração municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

11.1. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, consoante as disposições do art. 56 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

11.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

11.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do contratante.



11.4. Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

11.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

11.6. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11.7. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

13.7.1. A execução dos serviços será de responsabilidade total da contratada, que formalizará qual técnico efetivamente ficará responsável pela análise semanal da situação do município de Major Sales frente às políticas de financiamento da educação (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS), promovendo se for o caso, a substituição do profissional inapto, dentre outras:

13.7.1.1. Prestar assessoria diária a gestora municipal e aos gestores municipais dos programas educacional federais;

13.7.1.2. Prestar assessoria direta e imediata ao Secretário Municipal de Educação do município de Major Sales;

13.7.1.3. Fomentar a capacitação das equipes de confiança e permanentes que trabalham diretamente com os programas educacional federais no município de Major Sales/RN;

13.7.1.4. Organizar, preparar e promover o acompanhamento dos processos de prestação de contas *on line* (SIGPC) vinculados aos programas educacional federais de transferência voluntária e obrigatória do FNDE (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS) ou de convênios congêneres;

13.7.1.5. Orientar a instauração dos procedimentos administrativos, licitatórios e as contratações no âmbito dos programas financiados pelo FNDE;

13.7.1.6. Assessorar a equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação nos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura



familiar no âmbito do PANE;

13.7.1.7. Promover as necessidades do município, orientando ao secretário sobre os diferentes programas e serviços disponíveis para apresentação de pleitos, visando o apoio e assistência em cada um deles.

11.8. Articular junto ao organismo de esfera governamental e de iniciativa privada, objetivando a captação de recursos e a atração de investimentos para o município

11.9. Comunicar qualquer ausência, inconstância no atendimento, ou falha na execução dos serviços, com a devida justificativa e compensação, se for o caso;

11.10. Atender de forma precisa e com cortesia todas as demandas recebidas no prazo acordado.

11.11. É de inteira responsabilidade da contratada a qualidade dos serviços executados, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer o seu resultado final.

DOS PRAZOS

12. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nos casos previstos na legislação vigente, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do contrato.

12.1. O início da execução do contrato é imediato, após a emissão da Ordem de Serviço pela gestora do município de Major Sales/RN, ou quando for caso pela gestora da secretaria municipal de educação;

12.2. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 12 (doze) meses contados de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial, na forma do subitem 14.4 do presente instrumento.

12.3. Após o recebimento da Autorização de Execução, a contratada deverá emitir mensalmente juntamente com a fatura, relatório explicitando os serviços em andamento e promovendo a entrega daqueles concluídos, diretamente na Secretaria Municipal de Educação como órgão contratante, sito à Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN, para fins de liquidação da despesa;

12.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com validade e eficácia legal após publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, através do site www.in.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site www.majorsales.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN,

respeitadas as disposições do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.5. O prazo de vigência do contrato é superior ao de execução dos serviços para:

12.5.A. Amparar a necessidade de acolher possíveis dilatações do prazo da execução dos serviços, provocadas por fatos alheios à vontade da contratada, sem, contudo, alterar o prazo de vigência do contrato;

12.5.B. Propiciar tempo hábil para que sejam efetuados os eventuais pagamentos devidos;

12.5.C. Englobar os recebimentos provisórios e definitivos do objeto contratado e efetivamente executado.

12.6. O prazo de garantia dos serviços deverá obedecer ao que dispõe os artigos 20, 24 e 26, II da Lei nº 8.078/90, de acordo com as características e suas especificidades.

12.7. Constatadas irregularidades na execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, poderá determinar à contratada a correção da falha, devendo os serviços serem substituídos imediatamente ou quando for o caso, no prazo máximo de 24h00min, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente pactuado.

12.8. No caso de recusa da empresa em corrigir o problema, na reincidência, ou mesmo em caso de ultrapassado o prazo concedido, a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, poderá, com fundamento nos artigos 77, e 78 na Lei nº 8.666/93, determinar a rescisão unilateral do contrato, e aplicar à contratada as penalidades legais previstas.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13. Os recursos para fazer face as despesas com a execução do objeto do contrato, encontram-se alocados na Lei Municipal nº 428/2020 - LOA – Lei Orçamentária Anua, Exercício 2021.

13.1. O valor da respectiva contratação foi estimado por meio de levantamento de preços realizado pela secretaria municipal solicitante, com base nos preços praticados por prestadores do ramo que executaram serviços de natureza semelhante no âmbito nacional, durante o mês de julho de 2021, com valor estimado em R\$ 57.200,04 (Cinquenta e Sete Mil, Duzentos Reais e Quatro Centavos);

13.2. As despesas com a execução dos serviços de que trata o objeto do presente Projeto Básico, para o ano de 2021, encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual e para os demais exercícios serão afetos na legislação orçamentária pertinente, observadas as prioridades fixadas para cada exercício financeiro, Atividade: 02.006.12.361.012.2.28 – MANUT. ATIVID. DA SEC. EDUCAÇÃO / ENSINO FUND. - ELEMENTO DE



DESPESAS Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.11 – MANUT / ATIVID DA SEC. DE EDUCAÇÃO / INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.361.012.2.16 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUND-REC DIVE - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.20 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000, consoante as disposições da Lei Municipal nº 428/2020.

DO FATURAMENTO

14. A contratada deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, inscrita no CNPJ nº 01.612.383/0001-11, com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, emitida após a entrega do objeto efetivamente executado no prazo especificado.

14.1. A fatura ou nota fiscal deverá estar acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

14.2. A fatura/nota fiscal deverá ser enviada em formato PDF por meio eletrônico, através do e-mail: pmmssalesrn@gmail.com, ou diretamente na Secretaria Municipal de Finanças, com Sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, Centro, Major Sales/RN.

14.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

14.4. Em caso de atraso na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição parapagamento por parte da licitante vencedora, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação.

DO PAGAMENTO

15. Os pagamentos serão realizados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

17.1. A adjudicatária deverá protocolar a solicitação de cobrança junto ao setor



competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo município de Major Sales/RN.

17.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura ou documento equivalente deverá estar acompanhada das guias que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista (INSS, FGTS, ICMS DO ESTADO DA LICITANTE, FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DA LICITANTE E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS), em original ou em fotocópia autenticada.

17.3. No decurso do prazo obrigatoriamente pactuado ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contados da solicitação de cobrança, o responsável pela execução do contrato conferirá a documentação exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando a autenticidade das certidões apresentadas junto aos órgãos expedidores, bem como se os serviços recebidos atendem às especificações e condições previamente acordadas, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, assim, não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

17.4. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, a execução dos serviços ou parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

17.5. A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução dos serviços caberá aos gestores do contrato, na forma do subitem 19.1, deste documento.

17.6. Havendo erro na apresentação das Faturas/Notas Fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

17.7. Após o cumprimento das providências de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

17.7.1. De até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN;

17.7.2. De no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como preve a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº



8.666, de 21 de junho de 1993.

17.8. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Projeto Básico, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

17.9. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços recebidos não estiverem em perfeitas condições de serem utilizados ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

17.10. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos da legislação vigente.

17.11. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela secretaria municipal solicitante, devidamente com atribuições específicas, cabendo a esta, no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

18.1. Não obstante a empresa vencedora da licitação seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do contrato, diretamente pelo secretário municipal solicitante, seu substituto legal ou por outros servidores especialmente designados.

18.2. O fiscal do serviço será designado por portaria editada pela administração municipal de Major Sales, e comprovadamente habilitado para fiscalizar o contrato, será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

18.3. Promover reuniões (presencial ou por video conferência) para considerações sobre os serviços, a fim de dirimir dúvidas, que serão documentadas em atas, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências



a serem tomadas, com as respectivas datas para conclusão das pendências ou tomadas de decisões, se for o caso;

18.4. Quaisquer exigências da secretaria municipal solicitante inerente ao objeto e aos termos do edital deverão ser atendidas em até 48h00min pela contratada, sem ônus para a administração.

18.5. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

18.6. As providências que ultrapassarem a competência da secretaria municipal solicitante deverão ser comunicadas por esta em tempo hábil a gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

18.7. A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

DA ATESTAÇÃO DAS FATURAS CORESPONDENTES

17. A atestação das faturas é o registro formal de recebimento provisório dos serviços promovido pelo fiscalizador do contratado, que significa o reconhecimento do cumprimento de cada parcela remunerável do objeto. Trata-se de elemento imprescindível para liquidação da despesa.

17.1. A atestação das faturas correspondentes a execução dos serviços objeto do presente Projeto Básico caberá ao gestor da Secretaria Municipal requisitante ou ao Secretário Municipal da Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, como órgão contratante.

DO REAJUSTAMENTO

18. Os preços a serem contratados, tidos como vencedores do presente certame, serão fixo e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 na sua atual redação.

18.1. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO





19. O contrato resultante da licitação adotada para execução continuada dos serviços, poderão ser alterados nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da administração e da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93 e na Lei 10.520/02.

20.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

20.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

DO PROJETO BÁSICO

21. O projeto básico é conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de



precisão adequado, para caracterizar os serviço objeto da licitação, elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica da contratação, o qual deve possuir os requisitos estabelecidos pela Lei das Licitações.

21.1. O projeto básico exibido, tem por finalidade selecionar a melhor proposta para execução dos serviços de assistência técnica concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN.

21.2. Assim, tem-se que o projeto básico é um dos elemento mais importante no processo de contratação pública, uma vez que, a existência de falhas na sua elaboração pode dificultar a execução dos serviços, além de prejudicar a obtenção do resultado almejado pela administração.

21.3. O documento deve ser assinado pelo responsável pela Unidade Solicitante, no presente caso, o Projeto Básico foi elaborado pela servidora abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e profissionais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis.

DO FORO COMPETENTE

22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca da Cidade de Luís Gomes/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Atenciosamente,

Major Sales/RN, 28 de julho de 2021.

Magna Margarida de Brito
Secretária Municipal de Educação



EDITAL Nº 2021.07.30.010TP "ANEXO II"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CPL

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Prezados Senhores,

MODELO "A" PARA REPRESENTANTE LEGAL.

A empresa....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº com sede na Rua, neste ato representado pelo (diretor ou sócio, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), vem pelo presente informar que a prática de todos os atos necessários, relativos ao Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 2021.07.30.010, do tipo Técnica e Preço, serão por mim proferidos, inclusive no tocante ao direito de desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

MODELO "B" PARA PROCURADOR.

A empresa....., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sob o nº com sede na Rua, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(a)....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à Rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto à Prefeitura Municipal de Major Sales praticar todos os atos necessários, relativos ao Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 2021.07.30.010, do tipo Técnica e Preço, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

..... de de 2021.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBS: O presente documento deverá ser elaborado em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e deverá ser entregue a Comissão de Licitação, fora dos envelopes 01,02 e 02, subitem 11.2.2 do Edital.





EDITAL Nº 2021.07.30.010 "ANEXO III"

MODELO DE DECLARAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL
TOMADA DE PREÇOS Nº 2021.07.30.010

A empresa, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº, Inscrição Estadual nº, com sede na Rua, nº, Bairro, CEP nº, Cidade/UF, neste ato representada pelo(a) Sr(a), brasileira(a), solteiro(a), profissão....., inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o nº, residente e domiciliado na Rua, Nº, CEP nº, Bairro....., Cidade/UF, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente da Tomada de Preços Nº 2021.07.30.010, do tipo Técnica e Preço, realizado pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, **DECLARA QUE:**

1. Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, subitens 11.2.7 e 13.1.2 do edital;
2. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, na forma do art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, subitens 11.2.3, 14.4.5 e 17 do edital;
3. Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na Tomada de Preços nº 2021.07.30.010, do tipo Técnica e Preço, da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, estando ciente da obrigatoriedade declarar ocorrências posteriores, subitem 11.2.6 e 18.4.4.3 do edital;
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, subitem 11.2.5 e 18.4.4.4 do edital;
5. A proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009, subitens 11.2.10, 14.4.8 e 19 do edital;
6. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do Artigo 9º da Lei 8.666/93, subitens 11.2.8 e 18.4.4.5 do edital;
7. Está ciente e concorda com as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias, subitem 11.2.9 do edital;

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,..... de de 2021.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)





EDITAL Nº 2021.07.30.010 "ANEXO IV"

À
 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
 COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CPL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida na Ruavem, perante esta Comissão Especial de Licitação, apresentar proposta de preços para execução dos serviços de concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, nas quantidades e condições descritas no Projeto Básico, Anexo - I e nas disposições fixadas no Edital e seus Anexos, pelos preços, como segue:

ITENS	ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO	UND	QTD	Vr. UNT	Vr. TOTAL
0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAL FEDERAIS, A FIM DE ATENDER DEMANDA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO, NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN.	MÊS	12		
EIXO TEMÁTICO:					
VALOR UNITÁRIO MÊS R\$:					
VALOR TOTA DO ITEM R\$:					
TOTAL					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ 000.000,00 (VALOR POR EXTENSO), que serão pagos de acordo com a execução dos serviços.

Prazo de execução: Da assinatura do contrato será de 12 (doze) meses, com vigência a partir da publicação na imprensa oficial, na forma do item 14.4 do Projeto Básico.

Prazo de entrega do objeto: De acordo com as disposições do Projeto Básico, item 14.3, Edital de Convocação e da Legislação vigente.

Prazo de garantia dos serviços deverá obedecer ao que dispõe os artigos 20, 24 e 26, II da Lei nº 8.078/90, na forma do item 15.6 do Projeto Básico, contados a partir da entrega, conforme consta da Ordem de Serviço emitida pela gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

A empresa declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com pessoal e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais. Atestamos para os fins que se fazem necessários que os preços estão compatíveis com os praticados no mercado e que a empresa pertence ao ramo de atividade.





Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do § 6º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração.

Reconhecemos que as quantidades previstas na planilha orçamentária são fixas não podendo sofrer alterações nos quantitativos durante a execução do contrato, no entanto, não cabe às empresas vencedoras do certame quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante o prazo de vigência do contrato, conforme os subitens 2.2 do Anexo I do Projeto Básico.

Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do edital.

Validade da proposta é de (no mínimo 60 (sessenta) dias)

.....de.....de 2021

CARIMBO CNPJ:

Nome completo do proprietário ou representante
Legal e qualificação na empresa

OBS: O presente documento deverá ser elaborado em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e deverá ser entregue ao pregoeiro dentro do envelope 1 da "proposta" devidamente lacrado, subitens 11.2.4 e 19 do Edital.



EDITAL Nº 2021.07.30.010 “ANEXO V”

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN E DE OUTRO LADO A EMPRESA DO RAMO:....., COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARAM.

A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 01.612.383/0001-11, com sede na Rua Nilza Fernandes, nº 640, neste ato representada pela Sra. MARIA ELCE MAFALDO DE PAIVA FERNANDES, brasileira, casada, professora, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 779.456.894-34, portadora da Cédula de Identidade nº 861.626 – SSP/RN, residente e domiciliado na Travessa Maria de Lourdes Gonçalves, nº 32, CEP nº 59.945-000, Centro, Major Sales/RN, doravante denominada contratante e de outro lado à empresa do ramo:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº, com sede na, Cidade de, Estado da, doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo Sr., sócio -administrador, brasileiro, casado, portador do CPF nº, Carteira de Identidade nº, residente e domiciliado na Rua, CEP:, Cidade de, Estado da, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes o Tomada de Preços nº 2021.07.30.010TP, do tipo Técnica e Preço e a proposta apresentada pela Contratada, sujeitando-se Contratante e Contratada às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Leis Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, demais normas e regramentos aplicáveis a espécie, mediante as Cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

DO OBJETO

1. O presente instrumento contratual tem por objeto: A contratação de empresa de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, nas quantidades, especificações e demais condições gerais descritas no Projeto Básico, no Edital de convocação e seus elementos constitutivos, referente a Tomada de Preço nº 2021.07.30.010TP, do tipo Técnica e Preço e proposta da licitante adjudicatária, consoante as disposições da legislação vigente.

1.1. Para fins de fixação do valor do presente contrato será aplicado o valor apurado na Proposta Técnica e Proposta de Preço da licitante adjudicatária de acordo com as especificações e quantitativos indicados no quadro a seguir:

"EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS"					
ITENS	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	Vr. UNT	Vr. TOTAL
0001	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTES A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS EDUCACIONAL FEDERAIS, A FIM DE ATENDER DEMANDA ESPECÍFICA DO MUNICÍPIO DE MAJOR SALES/RN, NAS QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS DESCRITAS NO PROJETO BÁSICO, NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.	MÊSA	12		
TOTAL.....				R\$	

1.2. As quantidades descritas na planilha orçamentária são fixas não podendo sofrer alterações nos quantitativos durante a execução do contrato, no entanto, não cabe às empresas vencedoras do certame quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante o prazo de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

DO VALOR GLOBAL E UNITÁRIO

2. O valor do presente contrato é de R\$ 000.000,00 (.....), que serão pagos em 12 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 000.000,00 (.....), logo após a execução dos serviços, consoante as disposições do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c o art. 3º, §5 da Resolução 32/2016 TCE/RN.

2.1. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto do edital e seus anexos, tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas eletrônicas, instrumentos, despesas com internet, seguro, seguro de transporte, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

DO AMPARO LEGAL

3. O presente contrato é decorrente da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP, do tipo Técnica e Preço - Processo Administrativo n.º 2021.07.30.02.006, realizada com supedâneo nas disposições do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, Leis Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 10.520 de 17 de julho de



2002 e ainda da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, Resolução nº 028/TCE/RN, do Projeto Básico e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA:

DA VINCULAÇÃO AOS DOCUMENTOS DA TP Nº 2021.07.30.010

4. Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos o instrumento convocatório, o projeto básico e a proposta da licitante adjudicatária, datada de, cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

4.1. A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão ser aplicáveis todas as atas de reuniões que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.

CLÁUSULA QUINTA:

DA EXECUÇÃO

5. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral do contrato e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

5.1. O prazo do contrato decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses corridos, contados da sua assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, por até 60 (sessenta) meses, dada a natureza continuada dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA:

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Caberá à licitante contratada responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado, além de:

6.1. Substituir ou corrigir eventuais inconsistências detectadas na execução dos serviços, antes do vencimento do prazo de entrega, a fim de evitar possíveis danos a administração municipal de Major Sales/RN.

6.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas

com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

6.3. A execução dos serviços será de responsabilidade total da contratada, que formalizará qual técnico efetivamente ficará responsável pela análise semanal da situação do município de Major Sales frente às políticas de financiamento da educação (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS), promovendo se for o caso, a substituição do profissional inapto, dentre outras:

6.3.1. Prestar assessoria diária a gestora municipal e aos gestores municipais dos programas educacional federais;

6.3.2. Prestar assessoria direta e imediata ao Secretário Municipal de Educação do município de Major Sales;

6.3.3. Fomentar a capacitação das equipes de confiança e permanentes que trabalham diretamente com os programas educacional federais no município de Major Sales/RN;

6.3.4. Organizar, preparar e promover o acompanhamento dos processos de prestação de contas *on line* (SIGPC) vinculados aos programas educacional federais de transferência voluntária e obrigatória do FNDE (PNAE, PNATE, PDDE, FUNDEB, PAR, PAR OBRAS) ou de convênios congêneres;

6.3.5. Orientar a instauração dos procedimentos administrativos, licitatórios e as contratações no âmbito dos programas financiados pelo FNDE;

6.3.6. Assessorar a equipe de apoio da Secretaria Municipal de Educação nos procedimentos de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar no âmbito do PANE;

6.3.7. Promover as necessidades do município, orientando ao secretário sobre os diferentes programas e serviços disponíveis para apresentação de pleitos, visando o apoio e assistência em cada um deles.

6.3.8. Articular junto ao organismo de esfera governamental e de iniciativa privada, objetivando a captação de recursos e a atração de investimentos para o município.

6.4. O descumprimento do prazo de atendimento ou a não substituição do profissional que não estará atendendo as exigências, ensejará a aplicação de multas a contratada, calculadas sobre o valor total do contrato.

6.5. Durante todo o período deverá ser prestado de modo a remover qualquer tipo de danos apresentados pelos profissionais, compreendendo, nesse caso, a substituição a fim de manter a prestação dos serviços, sem qualquer ônus adicional para o município.

6.6. Os serviços deverão ser prestados de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria solicitante.

6.7. Apresentar as faturas preenchidas de forma correta e em valores correspondentes aos anotados

nas requisições, em tempo de serem processadas;

6.8. Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento determinado pela Secretaria;

6.9. A contratada deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica, Certidões de Regularidade relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e Regularidade Fiscal válidas para possibilitar o pagamento a ser efetuado pelo contratante;

6.10. Não ceder, transferir ou subcontratar a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratual, sem a prévia e expressa anuência da contratante, por escrito;

6.11. Responder, civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à administração e/ou a terceiros.

6.12. Prestar os serviços utilizando toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações dela decorrentes.

6.13. Garantir a melhor qualidade na prestação dos serviços, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso conforme solicitação, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto do presente contrato.

6.14. Comunicar expressamente à administração, a quem competirá deliberar a respeito, de toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

6.15. Prestar à administração, sempre que necessário esclarecimento sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária para o perfeito fornecimento dos mesmos.

6.16. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo, consoante as disposições do art. 56 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

6.17. A mão de obra empregada pela contratada, na execução dos serviços, objeto deste contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Prefeitura Municipal de Major Sales, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a este, observando-se o disposto no art. 71, da Lei nº 8.666/93.

6.18. Dentro do prazo de prescrição estabelecido pela lei civil ou administrativa, a contratada deverá



se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultantes da execução dos serviços.

6.19. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.20. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à ausência de fiscalização ou de acompanhamento pelo órgão interessado, na forma do art. 70, da Lei nº 8.666/93, e do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA:

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7. De acordo com as regras estabelecidas no edital da Tomada de Preços nº 2021.07.30.010, caberá a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN:

7.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato no que pertine a execução dos serviços e das demais cláusulas do edital e do contrato, por meio de servidor especialmente designado, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93;

7.2. Assegurar o livre acesso da contratado e de seus representantes aos locais onde serão executados os serviços, bem como prestar todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto do Projeto Básico;

7.3. Impedir que terceiros que não participaram desta licitação executem o contrato inerente aos serviços de elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, objeto da Tomada de Preços que deu azo ao presente contrato;

7.4. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas contratadas, necessárias à perfeita execução e entrega dos serviços dentro das condições pactuadas;

7.5. Devolver os serviços de elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais e suspender a execução do contrato, que cujo os serviços não apresentarem condições de serem utilizados;

7.6. Solicitar a substituição dos serviços inerentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, devolvidos mediante comunicação escrita da gestora municipal de Major Sales;

7.7. Solicitar por meio da emissão de Ordem de Serviços expedida pela gestora municipal de Major

Sales/RN, a execução dos serviços, referente ao objeto do certame;

7.8. Comunicar à licitante vencedora, toda e qualquer irregularidade na execução dos serviços, inclusive interromper imediatamente a execução do contrato, se for o caso;

7.9. Atestar todas as notas fiscais e faturas desde que tenham sido entregues como determina o contrato, verificar os relatórios apresentados na forma do item 14.3 do Projeto Básico, encaminhar as notas fiscais e/ou faturas, devidamente atestadas, para pagamento no prazo determinado.

7.10. Suspender o pagamento da Nota Fiscal sempre que houver obrigação contratual pendente por parte da contratada, até a completa regularização;

7.11. Comunicar formalmente, à licitante contratada, em caso de devolução de documentos de cobrança, as razões da devolução.

7.12. Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, de acordo com o recebimento dos serviços, inclusive comunicando à contratada quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;

7.13. Observar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação do contratado exigíveis na licitação, solicitando deste, quando for o caso, a documentação com prazo de validade vencida;

7.14. Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer execução, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a Prefeitura Municipal de Major Sales obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela contratada.

CLÁUSULA OITAVA:

DA VIGÊNCIA

8. O contrato proveniente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, respeitadas as regras do art. 57 da lei nº 8.666/93, por se tratar de serviços de natureza continuada.

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com validade e eficácia legal após publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, através do site www.in.gov.br, no Diário Oficial dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Major Sales/RN, site www.majorsales.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

8.2. O contrato proveniente desta licitação considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no caput ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

**CLÁUSULA NONA:****DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela secretaria municipal solicitante, devidamente com atribuições específicas, cabendo a esta, no monitoramento e fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua implementação, comunicando à contratada as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

9.1. Não obstante a empresa contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a Prefeitura Municipal de Major Sales, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do contrato, diretamente pela secretária municipal solicitante, seu substituto legal ou por outros servidores especialmente designados.

9.2. O fiscal dos serviços será designado por portaria editada pela administração municipal de Major Sales, e comprovadamente habilitado para fiscalizar o contrato, o qual será o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

9.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade de contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666/93.

9.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

9.5. O fiscal do contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

9.6. Os serviços deverão ser executados de forma continuada, logo após o recebimento da Ordem de Serviços, impulsionando ações de consultoria e assistência técnica inerente a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, de forma eficaz e eficiente, em obediência as normas técnicas em vigor.

9.7. Quaisquer exigências da secretaria municipal solicitante inerente ao objeto do contrato e aos termos do edital e seus elementos deverão ser atendidas em até 48h00min pela contratada, sem ônus para a administração.

9.8. As providências que ultrapassarem a competência da secretaria municipal solicitante deverão ser



comunicadas por esta em tempo hábil a gestora da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;

9.10. A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN durante o período de vigência do Contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. Os recursos para fazer face as despesas com a execução do objeto do presente contrato, encontram-se alocados na Lei Municipal nº 428/2020 - LOA – Lei Orçamentária Anua, Exercício 2021.

10.1. As despesas com a execução dos serviços de que trata o objeto do presente Projeto Básico, para o ano de 2021, encontram-se alocados na LOA - Lei Orçamentária Anual e para os demais exercícios serão afetos na legislação orçamentária pertinente, observadas as prioridades fixadas para cada exercício financeiro, Atividade: 02.006.12.361.012.2.28 – MANUT. ATIVID. DA SEC. EDUCAÇÃO / ENSINO FUND. - ELEMENTO DE DESPESAS Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.11 – MANUT / ATIVID DA SEC. DE EDUCAÇÃO / INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.361.012.2.16 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUND-REC DIVE - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.20 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000, consoante as disposições da Lei Municipal nº 428/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

DA ALTERAÇÃO OU PRORROGAÇÃO

11. O presente contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93, observados os respectivos créditos orçamentários, desde que haja interesse da administração e da contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

11.1. A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria Municipal de Educação, através do setor de serviços pertinente ao objeto do contrato, até 20 (vinte) dias antes do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DO REAJUSTAMENTO

12. Os preços ora contratados, serão fixo e irremovíveis, nos termos da legislação em vigor, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 na sua atual redação.

12.1. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação



que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado.

12.2. Os preços somente serão reajustados mediante ocorrência de fato superveniente, ocorrido após o período de 12 (doze) meses, que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitados, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

13. No interesse da administração contratante, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da lei nº 8.666/93.

13.1. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo pactuados entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14. Os pagamentos serão realizados mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo contratante, em parcelas de acordo com o recebimento dos serviços, obedecidas as regras da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, que trata da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

14.1. A adjudicatária deverá protocolar a solicitação de cobrança junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo município de Major Sales/RN.

14.2. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura ou documento equivalente deverá estar acompanhada das guias que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista (INSS, FGTS, ICMS DO ESTADO DA LICITANTE, FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DA LICITANTE E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS), em original ou em fotocópia autenticada.

14.3. No decurso do prazo obrigatoriamente pactuado ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contados da solicitação de cobrança, o responsável pela execução do contrato conferirá a documentação exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando a autenticidade das certidões apresentadas junto aos órgãos expedidores, bem como se os serviços recebidos atendem



às especificações e condições previamente acordadas, na forma do art. 63 da Lei nº 4.320/1964, assim, não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

14.4. Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, a execução dos serviços ou parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

14.5. A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam a execução dos serviços caberá aos gestores do contrato, na form do subitem 19.1 do Projeto Básico 16.1 do presente contrato.

14.6. Havendo erro na apresentação das Faturas/Notas Fiscais ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

14.7. Após o cumprimento das providencias de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:

14.7.1. De até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN;

14.7.2. De no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como preve a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.8. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Projeto Básico, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

14.9. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços recebidos não estiverem em perfeitas condições de serem utilizados ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

14.10. No caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

 $I = (TX) 365 I = (6/100) 365 I = 0,0001644$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.10.1. A compensação financeira renunciada no parágrafo anterior será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

14.11. A Prefeitura Municipal de Major Sales/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos da legislação vigente.

14.12. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

DAS RETENÇÕES

15. Quando for o caso a contratante fará retenção do recolhimento da alíquota de 5,5% (cinco vírgula cinco) por cento sobre o valor correspondente ao pagamento/fatura a título de INSS, 2,5% (dois vírgula cinco) por cento sobre o valor correspondente ao pagamento/fatura a título de ISS, sendo a primeira recolhida ao Instituto de Seguridade Social - INSS e a Segunda a conta de tributos da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

15.1. Além da retenção prevista no subitem 31.7.7 do edital, o município de Major Sales, efetuará as retenções que forem de sua competência, ficando a contratada no dever de apresentar os comprovantes de pagamentos dos recolhimentos devidos na forma da legislação para recebimento de sua fatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

DA ATESTAÇÃO DAS FATURAS

16. A atestação das faturas é o registro formal de recebimento provisório dos serviços promovido pelo fiscalizador do contrato, que significa o reconhecimento do cumprimento de cada parcela remunerável do objeto. Trata-se de elemento imprescindível para liquidação da despesa.

16.1. A atestação das faturas correspondentes à execução dos serviços objeto da Licitação, caberá a gestora da secretaria municipal solicitante devidamente com atribuições específicas ou ao Sr. João Germano da Silveira, secretário municipal da administração e planejamento da Prefeitura Municipal de Major Sales, como órgão contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:****DAS PENALIDADES**

17. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos pelo não cumprimento dos compromissos acordados, a Prefeitura Municipal de Major Sales aplicará, isolada ou cumulativamente, observado a gravidade da falta, as seguintes sanções:

17.1. Advertência, na forma do art. 87, I, da Lei Federal nº 8.666/93, Estatuto de Licitações e Contratos Administrativos;

17.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

17.2.1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a licitante vencedora, injustificadamente ou por motivo não aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, deixar de proceder com a correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela fiscalização do contrato;

17.2.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a licitante vencedora, injustificadamente ou por motivo não aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, atender parcialmente às correções de falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela fiscalização do contrato;

17.2.3. As multas previstas nos subitens 17.2 a 17.2.2 desta condição serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

17.3. O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

17.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, por até 02 (dois) anos;

17.5. Impedimento de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

17.5.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto desta Tomada de Preços; não manter a proposta, injustificadamente; comportar-se de modo inidôneo; fazer declaração falsa; cometer fraude fiscal; falhar ou fraudar na execução do contrato; não celebrar o contrato; deixar de entregar documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa.

17.5.2. A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de serviços caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às

penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará a Comissão de Licitação, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.

17.7. Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de prestadores da Prefeitura Municipal de Major Sales/RN e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo - IV da Lei nº 8.666/93.

17.8. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN em relação a um dos eventos arrolados na condição 17.5, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

17.9. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados. Não havendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela contratada, caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

17.10. O município de Major Sales/RN, aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.

17.11. O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a contratada. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela contratada. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

17.12. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito

17.13. São considerados motivos de caso fortuito ou de força maior, para isenção das multas devidas pela licitante contratada, pelo não cumprimento de prazos estipulados no contrato, à ocorrência de fatos, cujos efeitos não seria possível evitar ou impedir, na forma estabelecida no Código Civil vigente, os quais somente serão válidos, quando vinculados diretamente ao objeto do contrato, desde que alegados pela licitante contratada, devidamente comprovados e aceitos expressamente pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN.

17.14. Os casos fortuitos ou motivos de força maior devem ser devidamente comunicados e comprovados por escrito a Prefeitura Municipal de Major Sales/RN, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data de sua ocorrência. A não comunicação desses motivos no prazo acima importará na aplicação da penalidade, com perda do direito de alegá-lo, exceto por razões que impossibilitem o aviso.



17.15. A licitante contratada tem o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir de sua notificação, para se pronunciar a respeito de multas aplicadas pela Prefeitura Municipal de Major Sales/RN. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita, na forma como foi apresentada, e não dará o direito de a licitante contratada expor qualquer contestação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

DA RECISÃO CONTRATUAL

18. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da Lei nº 8.666/63 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

19. O recebimento dos serviços na administração pública é o ato administrativo pelo qual o ente público realiza a conferência quantitativa e qualitativa dos serviços entregues pelos prestadores contratados, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

19.1. Os serviços inerente a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, objeto do presente contrato, serão recebidos em cumprimento as disposições do art. 63, §2º, III, da Lei nº 4.320/64, na forma do art. 74, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20. Este contrato fica vinculado aos termos da Tomada de Preços nº 2021.07.30.010, do tipo técnica e preço, cuja realização decorre da autorização da Sra. Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes e da proposta da contratada.

20.1. O prazo para assinatura do instrumento contratual, previsto no item 26 do Edital de Licitação, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela contratada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

20.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

20.3. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da execução dos serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

DO FORO COMPETENTE



21. Fica eleito o foro da comarca da cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte, com a expressa renúncia de qualquer um outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Major Sales/RN, de de 2021

MARIA ELCE MAFALDO DE PAIVA FERNANDES
CPF Nº. 779.456.894-34
CONTRATANTE

BSASASA CONANANA LTDA - EPP
CNPJ Nº 00.000.000/0001-00
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL GERMANO FERNANDES PINTO
C.P.F.: 008.197.334-90

MARCOS JOSÉ MATOS DA SILVA
C.P.F.: 034.384.374-90



MINUTA DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 2021.07.30.010TP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES/RN
CONTRATADA:

OBJETIVO: Execução dos serviços de consultoria especializada em realizar assistência técnica para execução de serviços concernentes a elaboração de projetos, gerenciamento e prestação de contas dos programas educacional federais, a fim de atender demanda específica do município de Major Sales/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício de 2021, nas quantidades, especificações e demais condições gerais descritas no Projeto Básico, no Edital de convocação e seus elementos constitutivos e proposta da empresa vencedora, consoante as disposições da legislação vigente.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é decorrente da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 2021.06.22.008TP, realizada com base na Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, Leis Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, subsidiada pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: é de R\$ (.....), a ser pago em parcelas de acordo do a execução dos serviços, mediante apresentação das faturas correspondentes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2021: As despesas com a execução dos serviços de que trata o objeto do presente contrato, serão custeadas com recursos próprios consignados na LOA – Lei Orçamentária Anual, exercício 2021, Atividade: 02.006.12.361.012.2.28 – MANUT. ATIVID. DA SEC. EDUCAÇÃO / ENSINO FUND. - ELEMENTO DE DESPESAS Nº 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.11 – MANUT / ATIVID DA SEC. DE EDUCAÇÃO / INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.361.012.2.16 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO FUND-REC DIVE - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000; 02.006.12.365.012.2.20 – MANUT. ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE Nº 10010000, consoante as disposições da Lei Municipal nº 428/2020.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - de de 2021.

ASSINANTES:

Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes - CONTRATANTE
..... - CONTRATADA

